

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2021  
e relatório dos auditores independentes**

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Para a Companhia, 2021 foi um ano repleto de desafios, ascensão e transformação. Nos mantivemos focados em nossas metas e objetivos de curto, médio e longo prazo, que visam a criação de uma das maiores plataformas de energia renovável no Brasil.

Para isso, nosso time trabalhou de forma incansável para atingir os melhores resultados possíveis, mesmo frente ao cenário desafiador marcado pela pior crise hídrica já observada e pela elevada volatilidade do cenário macroeconômico e energético.

Começando pela CESP, os resultados apresentados são reflexo de uma companhia diligente e direcionada para a criação de valor. Após completados três anos após a privatização, é possível observar grandes conquistas em todas as frentes de atuação da Companhia. O resultado reportado reflete os impactos causados pela crise hídrica que reduziu a produção de todas as hidrelétricas conectadas no Sistema Interligado Nacional incluindo as usinas da CESP. Do lado do contencioso passivo, a redução de mais de R\$1,0 bilhão no último trimestre do ano, perfazendo mais de R\$3,0 bilhões em 2021, demonstram o sucesso da estratégia de desmonte do portfólio de processos da companhia.

Com relação aos nossos ativos eólicos, o resultado de 2021 traz o impacto dos sinistros com os transformadores da Subestação Coletora do parque eólico Ventos do Araripe III, mas importante destacar que o complexo conta com seguro patrimonial e de lucros cessantes que compensará a maioria das perdas, este ajuste será realizado no resultado, por completo, ao longo de 2022. Cabe ressaltar que os demais ativos eólicos da companhia continuam performando dentro do esperado, com alta disponibilidade.

Concluimos, em 2021, o processo de captação de novas fontes de capital, por meio da 1ª emissão de debêntures simples, para a aquisição do projeto de energia solar Jaíba V. Adicionalmente, investimos mais de R\$600 milhões nas obras dos parques eólicos Ventos do Piauí II e III, cuja operação comercial inicia-se a partir de maio e será concluída em novembro de 2022.

Por fim, em 18 de outubro, a VTRM enviou a proposta de reorganização societária à CESP, visando a criação de uma das principais companhias de capital aberto do setor elétrico brasileiro. Esta proposta foi submetida a um Comitê Independente da CESP, responsável por avaliar o mérito da operação e negociar a relação de substituição entre as ações das companhias, cuja recomendação foi apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro, foi realizada a Assembleia para a deliberação sobre o tema, e, em 25 de março de 2022, após a aprovação dos acionistas e o atendimento e cumprimentos de todas as obrigações legais, as ações da CESP foram incorporadas, dando início à história de sucesso da Auren Energia.

Estamos orgulhosos da jornada que trilhamos até esse momento e agradecemos a participação de todos que tornaram possível esse novo capítulo da nossa história. Nossos caminhos agora estão se expandindo. Convido a todos a se juntarem a nós nessa nova etapa!

**FABIO ZANFELICE**

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

## **DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS**

A VTRM é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), controlada diretamente pela Votorantim S.A (“VSA”), em conjunto com a Canada Pension Plan Investment Board (“CPP Investments”). A Companhia possui sede na cidade de São Paulo-SP, suas atividades são operacionalizadas desde 2018, por meio de uma plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil, junto às suas controladas que possuem finalidade de planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hidrelétrica, assim como a comercialização da energia produzida por estes sistemas.

Atualmente, a Companhia possui um amplo portfólio diversificado em geração de energia 100% renovável, totalizando 3,3 GW de capacidade instalada, sendo 2,3 GW em fonte hídrica e aproximadamente 1,0 GW em fonte eólica (compostos por 0,6 GW de ativos em operação e 0,4 GW de projetos em fase avançada de construção com entrada em operação prevista para 2022). Na frente de comercialização de energia, está posicionada entre as três maiores comercializadoras do Brasil, com mais de 2,6 GW médios comercializados no ano de 2020 e uma carteira de mais de 500 clientes.

Como parte de sua estratégia de expansão e diversificação de negócios, ao final de 2021, a Companhia anunciou a aquisição do projeto fotovoltaico Jaíba V, cujo complexo será composto por 13 parques solares localizados na região de Serra de Ibiapaba, no município de Jaíba (MG), e deve atingir capacidade instalada de geração de energia de 626 MW. O projeto está pronto para execução e tem previsão de início de construção em 2022, com operação comercial prevista para 2023.

## **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

O desenvolvimento da Companhia é baseado em princípios éticos e gestão sustentável dos negócios, com foco em inovação e na evolução das práticas “ESG” (*environmental, social and governance - ambiental, social e governança*), amparado pelo apoio e expertise de seus acionistas. Os pilares ESG encontram-se integrados ao planejamento estratégico da Companhia e se materializam por meio dos investimentos que garantem a sustentabilidade e a perenidade de seus negócios.

Desde a constituição da Companhia, a Administração vem trabalhando na implementação e no avanço de boas práticas de governança, aprimorando o seu modelo de gestão e processos decisórios, em face do dinamismo e evolução constantes do ambiente de negócios, e alinhadas aos interesses de seus *stakeholders*.

Neste sentido, a estrutura de governança da Companhia é composta pelos seguintes órgãos: Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva. De acordo com sua competência e nível de alçada, cada uma dessas instâncias integram o fluxo de informações e os processos decisórios da VTRM, contribuindo para o alinhamento de interesses, o bom desempenho dos negócios e a criação de valor sustentável de curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, com intuito de zelar pela bom funcionamento e formalização das práticas ESG adotadas pela Companhia, o sistema de governança corporativa encontra-se regido pelo Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Código de Conduta e Políticas Corporativas os quais

refletem a cultura, os padrões de ética e integridade, a gestão sustentável dos negócios e a transparência na condução de suas atividades.

### **Reestruturação societária decorrente das Operações VTRM e CESP**

Conforme divulgado ao mercado, 18 de outubro 2021, a Votorantim S.A (“VSA”) e o Canada Pension Plan Investment Board (“CPP Investments”), acionistas controladores indiretos da VTRM Energia Participações S.A (“VTRM”), anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia por meio da VTRM, com ações listadas no Novo Mercado, seguindo os mais elevados padrões de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A operação foi conduzida por meio das seguintes etapas:

#### **Operação VTRM:**

- (i) A contribuição de ativos por meio da incorporação, pela Companhia, da Votorantim Geração de Energia S.A. (“VGE”), controlada da VSA, de forma que a VTRM passa a deter seus ativos.
- (ii) Desta forma, a VTRM integra as participações na Cesp, ativos eólicos, participações acionárias da Votorantim Energia em hidrelétricas e Votorantim Comercializadora de Energia (Votener), além dos projetos de expansão em desenvolvimento.
- (iii) Adicionalmente, o acionista CPP Investments realizou um aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão na VTRM.

Após a implementação da Operação VTRM, a VSA e CPP Investments passaram a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% respectivamente do capital social da VTRM.

#### **Operação CESP: Incorporação de ações**

De modo a permitir que os acionistas minoritários da CESP participem da Nova VTRM, foi prevista a etapa de Incorporação de Ações, com a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM e consequente atribuição, aos demais acionistas da CESP, independentemente da classe ou espécie de ações que detenham, de uma combinação: (a) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da VTRM; e (b) de novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, compulsoriamente resgatáveis, de emissão da VTRM.

Ao final deste processo de consolidação, a VTRM será controladora integral da CESP e os seus atuais acionistas passarão a ser acionistas da VTRM.

#### **Abertura de Capital da VTRM e Listagem no Novo Mercado**

Adicionalmente, a VTRM submeteu o pedido de registro de companhia aberta categoria “A” à CVM e de listagem de suas ações no Novo Mercado da B3, cuja aprovação foi obtida em 23 de março de 2022, sendo que a efetiva listagem e negociação de ações da VTRM no Novo Mercado, estava condicionada à conclusão da etapa Operação CESP.

Após a implementação da Operação VTRM e Operação CESP, é esperado que a VSA, o CPP Investments e os acionistas não controladores detenham participações societárias de aproximadamente 37,74%, 31,94% e 30,32% respectivamente do capital social da VTRM (a serem confirmados conforme os valores atualizados na data das transações).

Por meio da consolidação dos ativos na VTRM, a Votorantim S.A e o CPP Investments, em conjunto com os acionistas da CESP, iniciam um novo ciclo de crescimento e geração de valor no mercado de capitais.

*Maiores detalhes em relação às etapas da reorganização societária estão descritos na nota 1.1.1(G) e nota 32.1 das demonstrações financeiras da VTRM.*

## **RESPONSABILIDADE SOCIAMBIENTAL**

O compromisso com a sociedade e respeito às pessoas apoiam as decisões da Companhia. Desta forma, a atuação da VTRM é orientada pela avaliação dos impactos de seus negócios e das necessidades das comunidades com as quais possuem relacionamento.

Como desenvolvedora responsável, a Companhia busca fazer a diferença todos os dias com boas práticas de preservação do meio ambiente. A sua gestão ambiental segue uma rigorosa Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, que integra os ODS e as melhores práticas de gestão e de governança, além de atender a requisitos legais.

Em parceria com o Instituto Votorantim, a Companhia criou um banco de dados capaz de comparar indicadores sociais de todas as localidades onde mantém operação, priorizando as ações de forma mais assertiva.

No que tange à Covid-19, a Companhia continua atuando fortemente no enfrentamento e prevenção da pandemia. Em 2021, foram efetivados 66 projetos com investimento total de R\$ 10,4 milhões em todas as regiões em que atua. Ainda na continuidade do combate à pandemia, foram doadas cestas básicas, kits de higiene e de equipamentos de proteção individual para equipes de saúde das comunidades, além de atuar no apoio à gestão pública para a administração do momento de crise. Ainda em 2021, foi desenvolvido planos de engajamento com stakeholders em todas as suas operações, tendo em vista o fortalecimento de parcerias com as comunidades e o desenvolvimento local.

## **DESEMPENHO FINANCEIRO**

Em 2021, a Companhia registrou receita líquida de venda com energia de R\$ 2,6 bilhão, aumento de R\$ 317 milhões (+14%) em relação ao ano de 2020, majoritariamente decorrente de:

- Aumento de R\$ 375 milhões em função: (i) do crescimento do volume e incremento significativo relevante no preço médio das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora no período e (ii) dos reajustes nos preços de energia dos contratos bilaterais da CESP Geradora e;
- Parcialmente compensados pela: (i) redução de R\$ 71 milhões no parque eólico de Araripe III, como reflexo do ressarcimento anual registrado, consequência do incidente ocorrido com o transformador de força e; (ii) pelo aumento de R\$ 13 milhões no faturamento do parque eólico de Piauí.

O EBITDA Ajustado do mesmo período atingiu R\$ 1,0 bilhão, 18% inferior ao ano anterior, ocasionado principalmente pelo evento não recorrente relativo ao efeito da repactuação do

risco hidrológico (GSF) reconhecido pela controlada CESP no terceiro trimestre do ano de 2021, de R\$ 782 milhões, e pelo *impairment* sobre esse saldo, no valor de R\$ 299 milhões.

### **CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E COM OPERAÇÃO**

Os custos com energia elétrica e operação totalizaram R\$ 2,0 bilhões em 2021, incremento de R\$ 604 milhões (+43%), majoritariamente decorrente de:

- Os custos com energia elétrica foram de R\$ 1.3 bilhões, um aumento de R\$ 549 milhões, resultado do (i) incremento no volume de energia comprada para equalizar o balanço energético da CESP do ano, combinado com aumento no preço de energia quando comparado com 2020, (ii) aumento de encargos de energia elétrica e, (iii) do reflexo das operações de trading realizadas pela CESP Comercializadora;
- Os custos com operação totalizaram R\$ 683 milhões, um aumento de R\$ 54 milhões, devido principalmente ao aumento nos serviços de terceiros, gastos com materiais, manutenção e conservação e aumento nos gastos custos de manutenção dos aerogeradores, em comparação ao ano anterior.

### **REACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO**

Em 2021, a Companhia registrou R\$ 782 milhões referente ao reconhecimento dos efeitos do risco hidrológico na CESP, resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão das UHES Paraibuna, em R\$ 43 milhões e Porto Primavera, em R\$ 739 milhões.

### **DESPESAS OPERACIONAIS**

#### **Gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 168 milhões em 2021, aumento de R\$ 17 milhões (+11%) se comparado a 2020 (R\$ 151 milhões), decorrentes das atividades ligadas aos negócios da Companhia, principalmente Serviços de Terceiros em função do incremento de gastos com consultorias para apoio à projetos estratégicos.

#### **Outras receitas operacionais, líquidas**

Os outros resultados operacionais, totalizaram R\$ 133 milhões em 2021, e tiveram uma redução de R\$ 32 milhões (-20%), majoritariamente decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) reversão de provisão para litígios da CESP (+R\$ 159 milhões), (ii) provisão para *impairment* do risco hidrológico (-R\$ 299 milhões), compensado parcialmente pela reversão de *impairment* sobre imobilizado (R\$ +50 milhões), (iii) reconhecimento da indenização sobre os lucros cessantes relativo ao incidente ocorrido em fevereiro de 2021 com um dos transformadores da subestação de Araripe III (+R\$ 46 milhões), (iv) impacto da marcação a mercado dos contratos futuros de energia da CESP Comercializadora (+R\$ 34 milhões), (v) aumento nas provisões

relativas às obrigações socioambientais (+R\$ 4 milhões) e, (vi) aumento nos gastos com serviços de terceiros (+R\$ 9 milhões).

## **RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro líquido no período apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 767 milhões. Este resultado deveu-se, principalmente em razão do aumento de R\$ 45 milhões (6%), representado pelas:

- **Receitas financeiras:** R\$ 95 milhões, aumento de R\$ 51 milhões devido ao crescimento da receita com rendimentos de aplicações financeiras e ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas;
- **Despesas financeiras:** R\$ 862 milhões, um aumento de R\$ 95 milhões devido a atualização monetária sobre debêntures e empréstimos, atualização do passivo atuarial da CESP, parcialmente compensado pela redução da despesa com atualização do saldo de provisão para litígios e baixa de atualização monetária sobre depósitos judiciais.

## **RESULTADO LÍQUIDO**

O resultado líquido de 2021 apresentou lucro de R\$ 312 milhões, contra um lucro de R\$ 1.650 milhões em 2020. O principal impacto dessa variação negativa no lucro de R\$ 1.338 milhões deve-se essencialmente ao reconhecimento em 2020 pela CESP dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa conforme mencionado acima, e pelos efeitos combinados dos demais eventos descritos anteriormente.

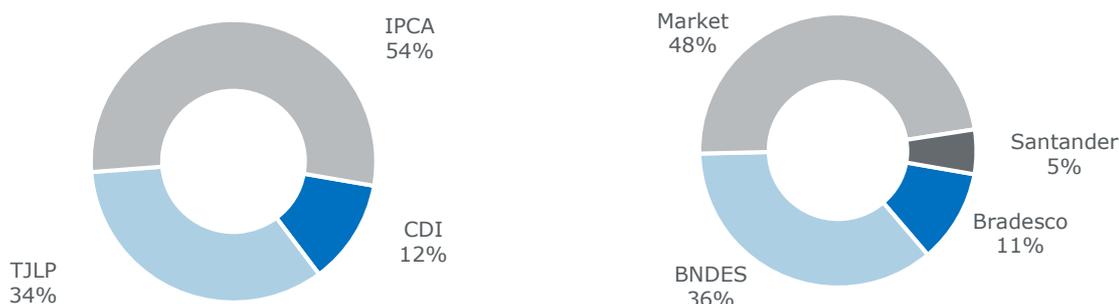
## **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

O saldo correspondente à dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4,7 bilhões, e a dívida líquida de R\$ 3,1 bilhões.

O detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação está representado conforme tabela a seguir:

(R\$ em milhões)	Saldo Endividamento	Indexador	Spread	Amortização	Vencimento	Rating	Agência
<b>Piauí I</b>	<b>793,6</b>						
BNDES	664,5	TJLP	2,16%	Mensal	jun-34	-	-
Debentures	129,1	IPCA	5,47%	anual	jun-24	AAA (Bra)	Fitch Ratings
<b>Piauí II e III</b>	<b>549,9</b>						
BNDES	549,9	IPCA	4,56%	Mensal	mar-45	-	-
<b>Araripe III</b>	<b>1.071,7</b>						
Repasse	436,1	TJLP	3,15%	Mensal	dez-29	-	-
BNDES	454,7	TJLP	2,49%	Mensal	jun-35	-	-
Debentures	180,9	IPCA	6,99%	Semestral	jul-32	AA (Bra)	Fitch Ratings
<b>VTRM</b>	<b>299,7</b>						
Debentures	299,7	CDI	1,48%	anual	dez-24	-	-
<b>CESP</b>	<b>1.995,9</b>						
Debentures	299,2	CDI	1,64%	Semestral	dez-25	-	-
Debentures	1.696,7	IPCA	4,30%	Semestral	ago-30	AAA (Bra)	Fitch Ratings
<b>Total</b>	<b>4.710,9</b>						

#### Perfil da dívida



\*Em 31 de agosto de 2021, as empresas VDP II e III captaram o montante de R\$ 537 milhões, relativa a 1ª parcela do financiamento aprovado junto ao BNDES, com vencimento da primeira parcela do principal para dezembro de 2022 e vencimento final em 2045 e taxas de juros de TLP + 4,56% a.a.

\*\*Em dezembro de 2021 a VTRM Energia Participações S.A (“VTRM”) emitiu sua primeira emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, com vencimento em dezembro de 2024, no montante total de R\$300 milhões. A 1ª Emissão de Debêntures da VTRM possui sistema de amortização *bullet*, ou seja, através de uma única parcela, em dezembro de 2024, indexados ao CDI + 1,48% a.a.

#### Rating da VTRM

Em novembro 2021, a Companhia obteve classificação de rating em AAA (bra). Perspectiva estável por uma das três maiores agências de classificação de risco internacional a “Fitch Ratings”, como sendo a mais alta escala de rating, que consiste na avaliação sobre a capacidade da Companhia de honrar com seus compromissos financeiros.

## CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* (financeiros e não financeiros) contidos em seus contratos de dívidas, e constataram que, em 31 de dezembro de 2021, atenderam adequadamente todas as suas obrigações constantes em seus contratos de empréstimos e financiamento e ainda concluiu que a pandemia não provocou quaisquer impactos no atendimento de nenhuma de suas obrigações.

Cabe ressaltar que, especificamente para o *covenant* financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), a controlada Ventos de Santo Estevão Holding S.A obteve anuência de seus credores para o não atingimento do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) consolidado (manutenção  $\geq 1,2x$ ), exclusivamente no exercício social encerrado de 2021. Em 2021 este indicador foi de 0,37x.

## GESTÃO DE PESSOAS

A mudança está no cotidiano da Companhia e, para continuar construindo hoje um amanhã melhor, foram realizadas grandes mudanças, dentre elas, em 2021, foi desenvolvido a campanha “*Coragem para viver o novo e ousadia para inovar*”, para comunicar e envolver os funcionários no plano de transição e de adequação para a criação da nova Companhia. Entre as diretrizes e transformações do plano, destacam-se:

- criação de novos boards
- preparação de equipes
- planejamento para integrar as diferentes culturas

A caminho de uma nova estrutura, o compromisso é seguir conectando negócios e pessoas, em todas as frentes.

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, a Companhia não reduziu custos ou investimentos em programas. Pelo contrário, foi investido no potencial de seus funcionários, a fim de desenvolver talentos e habilidades. Foram dedicadas muitas horas de formação para a média liderança sobre como acolher suas equipes, com objetivo de diminuir o estresse e ansiedade inerentes à época em que vivemos, como também o momento de reestruturação da Companhia, para garantir a confiança e segurança para todos os times.

Em 2021, foram realizados aproximadamente 20 milhões de horas de treinamento, equivalente a R\$ 1,4 milhão em investimentos em programas dedicados para o desenvolvimento de pessoas. Foram cerca de 500 pessoas impactadas, com mais de 128 ações coletivas e 80 ações. Todos os meses é reportado os indicadores de treinamento e desenvolvimento à gerência e diretoria de Pessoas e Comunicação.

Essas ações reforçam a estratégia ESG da Companhia no desenvolvimento do capital humano com a qualificação de mão de obra por meio de treinamentos e incentivos educacionais, principalmente nas frentes de inclusão, diversidade, cultura ágil e inclusiva, que proporcionam a realocação de colaboradores internos, desenvolvimento do capital humano, valorização e/ou contratação de talentos.

## **POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e de acordo com seu Estatuto Social, a Companhia pretende declarar e pagar seus dividendos e/ou juros sobre capital próprio nos exercícios sociais correspondente ao saldo remanescente do lucro líquido de 25%, após deduções de 5% de reserva legal, o qual será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório.

No caso de distribuição dos dividendos, ao fim de cada exercício social, o montante é reconhecido como um passivo em suas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral.

Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia esclarece no período findo de 31 de dezembro de 2021, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras, cujo escopo de suas atividades é definido em normas e legislações específicas, que engloba, mas não se limita, à exames, inspeção, observação, investigação e confirmação de evidências.

A Companhia também contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a prestação de serviços de assecuração, de forma limitada, sobre o processo de apuração e cálculo do Índice de Cobertura de Serviço da Dívida para determinadas empresas do grupo e, de auditoria relacionados à operação de reorganização societária e ao pedido de registro de companhia aberta junto a CVM, conforme comunicado divulgado ao mercado em 18 de outubro de 2021, que envolveu: (i) a reemissão das demonstrações financeiras históricas da Companhia dos anos de 2018, 2019 e 2020 e do trimestre findo em 31 de março de 2021, todas elas de acordo com o padrão e normas da CVM e (ii) a revisão das informações financeiras pro forma, incluídas no pedido de registro de companhia aberta.

Além disso, a Companhia contratou em 28 de julho de 2021 a PricewaterhouseCoopers Corporate Finance & Recovery Ltda. para a prestação de serviços de diligência no processo de avaliação de investimento, pelo valor de R\$ 622.741, o que corresponde a aproximadamente 28% do total dos honorários contratados pela Companhia junto à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para a execução dos serviços de auditoria. Para fins dessa contratação, não foram identificados aspectos que pudessem conflitar com os trabalhos de auditoria externa em razão do conflito de interesses e/ou perda de independência ou objetividade dos auditores, dada a natureza do mesmo de consultoria no processo de avaliação de empresas para potencial aquisição pela Companhia.

## **APROVAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

E conformidade com às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao período de doze meses findo de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia reitera seus agradecimentos a todo o grupo Votorantim, em especial, a todos os seus colaboradores, fornecedores, clientes, parceiros Institucionais e ao Conselho da Administração, que acreditaram no momento da Companhia e com muita resiliência, ousadia e dedicação contribuíram para seus melhores resultados, elevando a VTRM a um novo patamar de excelência.

O ano de 2022 não será diferente, será um ano de muitos desafios e conquistas, sendo parte de sua estratégia de expansão e exploração, a Companhia seguirá mantendo elevados e consistentes níveis de entregas.

São Paulo 28 de março de 2022.

---

Fabio Rogerio Zanfelice

---

Cesar Augusto Conservani

---

Frederico Ferreira Sarmiento



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
VTRM Energia Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da VTRM Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da VTRM Energia Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VTRM Energia Participações S.A. e da VTRM Energia Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

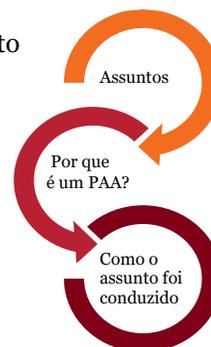


VTRM Energia Participações S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### GSF - Generation Scaling Factor - Nota 1.1.1(b) e 11.(c)

Em setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de realocação de energia - MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), entre as quais incluem as usinas de sua controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera. O Conselho de Administração da CESP, havia aprovado a adesão à repactuação do risco hidrológico para tais usinas a partir da homologação e a controlada CESP não é parte de ação judicial sobre o tema.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a CESP registrou o ativo intangível no valor total de R\$ 781.974 mil em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na demonstração do resultado. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão foram ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. Em função da repactuação do risco hidrológico, com a extensão da concessão, a Administração da controlada CESP preparou estudos internos para avaliar a

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos:

- Nos reunimos com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento das circunstâncias.
- Avaliamos as aprovações realizadas pelos órgãos de governança.
- Confrontamos os valores homologados pela ANEEL com àqueles contabilizados pela CESP.
- Entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.
- Analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores contabilizados, as premissas utilizadas e os correspondentes cálculos efetuados pela administração em seu teste de



VTRM Energia Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e do valor da indenização ao final da concessão, quando aplicável e identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* na UHE Porto Primavera no montante de R\$ 299.452 mil, com reconhecimento no resultado do período na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

O processo de estimativa na determinação do valor recuperável do ativo intangível requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função do impacto significativo na posição patrimonial e financeira da Companhia e por envolver julgamento da administração na determinação das premissas utilizadas nas análises de recuperabilidade.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

*impairment* e as divulgações são consistentes com as informações obtidas em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

---

### Entidade de previdência a empregados - Nota 22

Conforme descrito à Nota 22, a Companhia e suas controladas patrocinam planos de assistência médica e aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geram passivos líquidos no montante de R\$ 1.785.499 mil, os quais são calculados com referência as hipóteses atuariais que incluem taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.
- Avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das



VTRM Energia Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como, taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável.

- Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia.
- Teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de setembro de 2021.

Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

### Provisões - Nota 21

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia e suas controladas, possuem provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais que são mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e causas no valor de R\$ 1.329.412 mil. Adicionalmente, o Grupo possui ações tributárias, cíveis, ambientais, trabalhistas e de desapropriações em andamento no montante de R\$ 2.142.837 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração



VTRM Energia Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

financeiras consolidadas, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requer que a administração das controladas exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia e suas controladas são parte envolvidas.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderiam produzir impactos significativamente diferentes daquelas apurados pela administração.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

sobre a mensuração e existência dos processos da Companhia.

- Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Obtenção de confirmações de informações diretamente com assessores jurídicos.
- Discussão dos assuntos mais relevantes com os órgãos de governança da Companhia.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

---

### Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de impairment) - Notas 11 (c)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 8.980.282 mil e R\$ 2.366.432 mil, referente a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Adicionalmente, incluíram:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das



VTRM Energia Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

A Administração realiza, no mínimo anualmente, o teste de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

projeções dos fluxos de caixa, bem como análise das principais premissas utilizadas nas projeções.

- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas os cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment* e as divulgações são consistentes com as documentações apresentadas em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

---

### Realização de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social - Nota 15

A Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de dezembro de 2021, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 3.408.893 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A Administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, tais como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, dentre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Adicionalmente, entendemos as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções envolvidas, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Também analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas, considerando



VTRM Energia Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

---

### Ativo sujeito a indenização - Nota 9

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo possui valor de indenização a receber, líquido de provisão para perdas, no montante de R\$ 1.739.161 mil. Esse ativo é oriundo da indenização prevista nos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Ilha Solteira e Jaguari. A Companhia discute na justiça o recebimento de valor superior ao contabilizado, mas estimou esse montante como um ativo incontroverso.

Este é um dos principais assuntos de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas, tais como, determinação do valor incontroverso, ausência de atualização monetária do valor contabilizado, entre outros, que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor do ativo e, por consequência, no resultado do exercício.

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros, o entendimento do histórico do processo administrativo, análise das principais publicações de resoluções normativas, portarias, ofícios e notas técnicas do órgão regulador.

Também avaliamos, com o suporte de nossos especialistas, o processo em andamento, que foi uma das bases da administração para estimar o valor incontroverso envolvido.

Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação do ativo sujeito a indenização, bem como as divulgações efetuadas são consistentes com os dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

---

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de



VTRM Energia Participações S.A.

auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas



VTRM Energia Participações S.A.

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



VTRM Energia Participações S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
(Nova denominação da PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes)  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
Signed By: CARLOS EDUARDO GUARANA MENDONCA-40137163649  
CPF: 40137163649  
Signing Time: 25 March 2022 | 17:26 BRT

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
Contador CRC 1SP196994/O-2

## Índice

### Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial .....	13
Demonstração do resultado.....	15
Demonstração do resultado abrangente .....	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	17
Demonstração dos fluxos de caixa.....	18
Demonstração do valor adicionado .....	20

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1	Considerações gerais .....	21
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	30
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB .....	34
4	Apresentação de informações por segmento de negócio .....	35
5	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva .....	39
6	Contas a receber de clientes .....	41
7	Ordens de projetos - P&D.....	42
8	Cauções e depósitos judiciais .....	43
9	Ativo sujeito à indenização.....	44
10	Investimentos .....	46
11	Imobilizado .....	49
12	Intangível .....	54
13	Empréstimos e financiamentos .....	58
14	Fornecedores.....	61
15	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos .....	62
16	Contratos futuros de energia .....	65
17	Encargos setoriais.....	66
18	UBP – Uso do Bem Público .....	67
19	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos .....	67
20	Provisão de ressarcimento .....	69
21	Provisões .....	70
22	Benefícios pós-empregado .....	73
23	Partes relacionadas .....	78
24	Patrimônio líquido .....	80
25	Receita.....	82
26	Custos e despesas.....	84
27	Resultado financeiro líquido.....	85
28	Instrumento financeiro e gestão de risco .....	86
29	Seguros .....	95
30	Compromissos de longo prazo .....	96
31	Eventos subsequentes .....	96

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Balço patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	383.149	101.711	1.595.818	1.102.652
Aplicações financeiras	5.1	-	-	77.751	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	5.2	-	-	6.153	6.740
Contas a receber de clientes	6	-	-	328.631	384.390
Tributos a recuperar		4.898	3.322	36.714	65.624
Dividendos a receber	23	160.963	246.679	-	-
Partes relacionadas	23	-	-	3.678	7.043
Ordens de projetos - P&D	7	-	-	5.076	52.685
Contratos futuros de energia	16	-	-	270.815	103.139
Outros ativos		6.163	660	18.935	21.712
		<u>555.173</u>	<u>352.372</u>	<u>2.343.571</u>	<u>1.743.985</u>
Ativos disponíveis para venda		-	-	8.428	-
		<u>555.173</u>	<u>352.372</u>	<u>2.351.999</u>	<u>1.743.985</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	5.2	-	-	100.048	76.295
Partes relacionadas	23	58.590	-	66.311	11.421
Cauções e depósitos judiciais	8	-	-	195.968	260.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (b)	-	-	3.408.893	3.954.680
Almojarifado		-	-	6.042	6.199
Contratos futuros de energia	16	-	-	341.292	25.297
Ativo sujeito à indenização	9	-	-	1.739.161	1.739.161
Outros ativos		-	-	842	355
		<u>58.590</u>	<u>-</u>	<u>5.858.557</u>	<u>6.073.904</u>
Investimentos	10	4.405.443	3.943.471	-	-
Imobilizado	11	3.331	159.969	8.980.282	8.825.418
Intangível	12	281.748	122.967	2.366.432	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		27	110	5.283	6.433
		<u>4.749.139</u>	<u>4.226.517</u>	<u>17.210.554</u>	<u>16.676.523</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>5.304.312</u>	<u>4.578.889</u>	<u>19.562.553</u>	<u>18.420.508</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Balço patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	208.959	128.977
Fornecedores	14	8.146	37.544	225.578	147.934
Arrendamentos		31	87	1.824	1.787
Instrumentos financeiros derivativos	28.2	-	-	12.699	95.084
Contratos futuros de energia	16	-	-	282.619	120.475
Obrigações estimadas e folha de pagamento		1.512	2.342	23.893	25.729
Tributos a recolher		4.781	7.706	37.709	53.614
Encargos setoriais	17	-	-	20.170	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	23	13.952	279.302	249.692	632.008
UBP - Uso do bem público	18	-	-	42.462	41.307
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	44.065	34.478
Provisão de ressarcimento	20	-	-	325.557	64.582
Outros passivos		28.196	48	126.728	24.381
		56.618	327.029	1.601.955	1.446.863
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	299.674	-	4.501.915	3.620.711
Fornecedores	14	74.216	41.538	74.216	41.538
Arrendamentos		-	31	3.674	4.820
Instrumentos financeiros derivativos	28.2	-	-	-	9.141
Contratos futuros de energia	16	-	-	337.697	29.405
Tributos a recolher		-	-	13.396	10.525
Encargos setoriais	17	-	-	-	1.240
Partes relacionadas	23	46.658	-	64.182	16.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (b)	330.998	330.317	352.024	357.238
UBP - Uso do bem público	18	-	-	87.531	114.057
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	19	-	-	270.276	229.335
Provisão de ressarcimento	20	-	-	7.970	76.221
Provisões	21	-	-	1.329.412	1.748.306
Benefícios pós-emprego	22	-	-	1.785.499	2.412.379
Outros passivos		38.745	617	86.291	48.103
		790.291	372.503	8.914.083	8.719.989
<b>Total do passivo</b>		<b>846.909</b>	<b>699.532</b>	<b>10.516.038</b>	<b>10.166.852</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	24	3.000.836	2.977.983	3.000.836	2.977.983
Reservas de lucros		1.861.941	1.537.852	1.861.941	1.537.852
Ajustes de avaliação patrimonial		(405.374)	(636.478)	(405.374)	(636.478)
		4.457.403	3.879.357	4.457.403	3.879.357
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.457.403	3.879.357	4.457.403	3.879.357
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.589.112	4.374.299
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>4.457.403</b>	<b>3.879.357</b>	<b>9.046.515</b>	<b>8.253.656</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.304.312</b>	<b>4.578.889</b>	<b>19.562.553</b>	<b>18.420.508</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	25	-	-	2.624.114	2.307.057
Custo com energia elétrica	26	-	-	(1.328.735)	(779.350)
Custo com operação	26	-	-	(682.676)	(628.426)
Repactuação do risco hidrológico	1.1.1 (b)	-	-	781.974	-
<b>Lucro bruto</b>		-	-	1.394.677	899.281
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	26				
Despesas gerais e administrativas		(34.934)	(25.847)	(168.597)	(151.054)
Outras receitas operacionais, líquidas		30.898	3.476	133.821	165.878
		(4.036)	(22.371)	(34.776)	14.824
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		(4.036)	(22.371)	1.359.901	914.105
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	10 (b)	48.882	653.952	-	-
		48.882	653.952	-	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	27				
Receitas financeiras		30.849	3.863	95.079	44.304
Despesas financeiras		(16.325)	(6.015)	(862.126)	(766.710)
		14.524	(2.152)	(767.047)	(722.406)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		59.370	629.429	592.854	191.699
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	15 (a)				
Correntes		50	(8.236)	(40.325)	(47.049)
Diferidos		(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas</b>		58.739	624.809	311.646	1.650.470
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		58.739	624.809	58.739	624.809
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		-	-	252.907	1.025.661
<b>Lucro líquido do exercício</b>		58.739	624.809	311.646	1.650.470
Lucro básico e diluído por lote de mil ações, em reais		0,0296	0,3148	0,1570	0,8314

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		58.739	624.809	311.646	1.650.470
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	24 (d)	24.914	(35.162)	62.276	(87.777)
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado</b>					
Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	24 (d)	207.820	(394.188)	519.474	(982.899)
Perda em participação de investida	24 (d)	(1.630)	-	(3.345)	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>289.843</b>	<b>195.459</b>	<b>890.051</b>	<b>579.794</b>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores				289.843	195.459
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores				600.208	384.335
				<b>890.051</b>	<b>579.794</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>Reserva de lucros</b>						<b>Total</b>	<b>Participação dos acionistas não controladores</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
	<b>Nota</b>	<b>Capital social</b>	<b>Legal</b>	<b>Retenção</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>			
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		2.977.983	29.188	1.032.248	-	(207.128)	3.832.291	4.348.954	8.181.245
Lucro líquido do exercício		-	-	-	624.809	-	624.809	1.025.661	1.650.470
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-	(429.350)	(429.350)	(641.326)	(1.070.676)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>624.809</b>	<b>(429.350)</b>	<b>195.459</b>	<b>384.335</b>	<b>579.794</b>
<b>Destinação do resultado do exercício</b>									
Constituição de reserva legal		-	31.240	-	(31.240)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(148.393)	-	(148.393)	(358.990)	(507.383)
Retenção de lucros		-	-	445.176	(445.176)	-	-	-	-
<b>Contribuições e distribuições aos acionistas</b>		<b>-</b>	<b>31.240</b>	<b>445.176</b>	<b>(624.809)</b>	<b>-</b>	<b>(148.393)</b>	<b>(358.990)</b>	<b>(507.383)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.977.983</b>	<b>60.428</b>	<b>1.477.424</b>	<b>-</b>	<b>(636.478)</b>	<b>3.879.357</b>	<b>4.374.299</b>	<b>8.253.656</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	58.739	-	58.739	252.907	311.646
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	231.104	231.104	347.301	578.405
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58.739</b>	<b>231.104</b>	<b>289.843</b>	<b>600.208</b>	<b>890.051</b>
Dividendos adicionais deliberados	1.1.2 (f)	-	-	-	-	-	-	(150.050)	(150.050)
Dividendos revertidos	1.1.2 (g)	-	-	279.302	-	-	279.302	-	279.302
Aumento de capital social	1.1.2 (d)	22.853	-	-	-	-	22.853	-	22.853
Dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados		-	-	-	-	-	-	107	107
<b>Destinação do resultado do exercício</b>	24 (c)								
Constituição de reserva legal		-	2.937	-	(2.937)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.952)	-	(13.952)	(235.452)	(249.404)
Retenção de lucros		-	-	41.850	(41.850)	-	-	-	-
<b>Contribuições e distribuições aos acionistas</b>		<b>22.853</b>	<b>2.937</b>	<b>321.152</b>	<b>(58.739)</b>	<b>-</b>	<b>288.203</b>	<b>(385.395)</b>	<b>(97.192)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>3.000.836</b>	<b>63.365</b>	<b>1.798.576</b>	<b>-</b>	<b>(405.374)</b>	<b>4.457.403</b>	<b>4.589.112</b>	<b>9.046.515</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Demonstração do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		59.370	629.429	592.854	191.699
<b>Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa</b>					
Depreciação e amortização	26	3.604	377	558.995	531.523
Amortização de ágio	26	-	-	34.959	34.848
Baixa de imobilizado		-	-	(3.248)	592
Repactuação do risco hidrológico	26	-	-	(781.974)	-
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	26	-	-	248.520	(7.589)
Equivalência patrimonial	10 (a)	(48.882)	(653.952)	-	-
Juros e variações monetárias		4.921	-	421.627	287.518
Apropriação de custos de captação	13 (c)	-	-	13.739	26.333
Baixa de depósitos judiciais	8 (a)	-	-	75.185	86.936
<i>Hedge accounting</i> operacional	28.2	-	-	114.905	116.295
Contratos futuros de energia	26	-	-	(13.235)	21.444
Custo de serviços de benefícios pós-emprego	22 (b)	-	-	3.613	(489)
<b>Constituição (reversão) de provisões</b>					
Reversão da provisão para litígios	21 (a)	-	-	(425.693)	(266.595)
Provisão de ressarcimento	20 (c)	-	-	192.724	91.598
Provisão de obrigações socioambientais	19	-	-	7.607	4.206
<b>Atualizações de saldos</b>					
Provisão para litígios	21 (a)	-	-	167.516	315.757
Benefícios pós-emprego	22 (b)	-	-	158.122	59.622
Depósitos judiciais	8 (a)	-	-	(9.221)	(7.623)
<b>Ajuste a valor presente</b>					
Obrigações socioambientais	19	-	-	10.354	13.819
UBP - Uso do bem público	18	-	-	5.631	6.791
Operações com partes relacionadas		(11.932)	-	(11.749)	(1.945)
Arrendamentos		6	12	247	264
		<u>7.087</u>	<u>(24.134)</u>	<u>1.361.478</u>	<u>1.505.004</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		-	-	55.759	(72.303)
Tributos a recuperar		(1.576)	8.382	31.479	(7.093)
Almoxarifado		-	-	157	1.412
Cauções e depósitos judiciais	8 (a)	-	-	(1.436)	4.170
Partes relacionadas		-	-	7.436	3.933
Demais créditos e outros ativos		(5.482)	5.855	55.924	14.796
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>					
Fornecedores		(177)	74.198	106.865	110.618
Instrumentos financeiros derivativos	28.2	-	-	(112.073)	(105.123)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(830)	639	(1.836)	2.529
Tributos a recolher		(2.875)	(784)	(13.358)	13.642
Encargos setoriais		-	-	(62.116)	(13.130)
Pagamento de obrigações socioambientais	19	-	-	(17.291)	(9.644)
Pagamento de UBP - Uso do bem público	18	-	-	(42.155)	(29.263)
Pagamento de litígios	21 (a)	-	-	(160.717)	(115.231)
Pagamento a benefícios pós-emprego		-	-	(1.533)	(1.330)
Demais obrigações e outros passivos		568	316	71.482	(76.834)
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>					
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13 (c)	-	-	(221.180)	(208.973)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(40.001)	(86.772)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>(3.285)</u>	<u>64.472</u>	<u>1.016.884</u>	<u>930.408</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Demonstração do fluxo de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras		-	-	(75.328)	-
(Resgate) aplicação de conta reserva		-	-	(19.065)	(1.389)
Aquisição de imobilizado e intangível		(100.353)	(159.969)	(672.661)	(179.080)
Venda de imobilizado		-	-	11.712	-
Aquisição de investimento Ventos do Piauí II e III		-	(125.060)	-	(123.261)
Aquisição de investimento Jaíba V Holding S.A.		(39.873)	-	-	-
Aumento de capital em investidas	10 (b)	(282.678)	(48.452)	-	-
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		386.657	258.550	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<b>(36.247)</b>	<b>(74.931)</b>	<b>(755.342)</b>	<b>(303.730)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação de recursos	13 (c)	300.000	-	838.860	1.501.290
Liquidação de empréstimos e financiamentos	13 (c)	-	-	(104.991)	(1.596.052)
Custo da captação de recursos	13 (c)	(1.790)	-	(20.988)	(51.210)
Aumento de capital social		22.853	-	22.853	-
Liquidação de arrendamentos		(93)	(94)	(1.748)	(1.661)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		-	-	(502.362)	(363.749)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>320.970</b>	<b>(94)</b>	<b>231.624</b>	<b>(511.382)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>281.438</b>	<b>(10.553)</b>	<b>493.166</b>	<b>115.296</b>
Caixa incluído pela incorporação da SF Ninety Two Participações S.A.		-	60.151	-	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>101.711</b>	<b>52.113</b>	<b>1.102.652</b>	<b>987.356</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>383.149</b>	<b>101.711</b>	<b>1.595.818</b>	<b>1.102.652</b>
<b>Principais transações que não afetaram o caixa</b>					
Aporte de capital Ventos do Piauí II e III	1.1.2 (b)	192.781	-	160.397	-
Cisão parcial da Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A	1.1.2 (a)	(32.384)	-	-	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Investimento na CESP		-	1.429.188	-	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Mais valia CESP		-	30.582	-	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A.		-	(1.401.107)	-	-

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Demonstração do valor adicionado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Geração do valor adicionado</b>					
Receita bruta	25	-	-	3.146.076	2.702.460
Provisão de ressarcimento	25	-	-	(192.724)	(91.598)
Outras receitas operacionais	26	46.253	3.476	55.371	15.504
		46.253	3.476	3.008.723	2.626.366
<b>Insumos</b>					
Energia comprada e encargos de rede de uso elétrico	26	-	-	(1.328.735)	(779.350)
Repactuação do risco hidrológico		-	-	781.974	-
Serviços de terceiros		(30.443)	(16.693)	(148.877)	(103.969)
Outros custos operacionais		(9.663)	(1.533)	(36.655)	(39.535)
		(40.106)	(18.226)	(732.293)	(922.854)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>6.147</b>	<b>(14.750)</b>	<b>2.276.430</b>	<b>1.703.512</b>
<b>Retenções</b>					
Depreciação e amortização	26	(3.604)	(377)	(558.995)	(531.817)
Amortização de ágio		-	-	(34.959)	(34.848)
Contratos futuros de energia		-	-	13.235	(21.444)
		(3.604)	(377)	(580.719)	(588.109)
<b>Valor adicionado líquido gerado</b>		<b>2.543</b>	<b>(15.127)</b>	<b>1.695.711</b>	<b>1.115.403</b>
<b>Transferências</b>					
Equivalência patrimonial	10 (b)	48.882	653.952	-	-
Receitas financeiras	27	30.849	3.863	95.079	44.304
Imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	15 (c)	(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
		79.050	661.431	(145.804)	1.550.124
<b>Outras</b>					
Reversão da provisão para litígios	26	-	-	425.693	266.644
Baixa com depósitos judiciais		-	-	(60.256)	(63.284)
(Provisão) reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível		-	-	(248.520)	7.589
Seguros		-	-	(9.362)	(9.605)
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		-	-	(7.607)	(4.206)
		-	-	99.948	197.138
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>81.593</b>	<b>646.304</b>	<b>1.649.855</b>	<b>2.862.665</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta	26	3.767	6.311	53.352	55.518
Encargos sociais		2.217	803	25.273	21.326
Benefícios		595	130	17.706	8.277
		6.579	7.244	96.331	85.121
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros e atualização monetária	27	4.921	617	793.718	672.580
Outras despesas financeiras	27	11.404	5.398	68.408	94.130
Aluguéis	26	-	-	10.189	9.510
		16.325	6.015	872.315	776.220
<b>Intrasetoriais - Encargos regulamentares</b>					
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	25	-	-	37.618	51.389
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	15.706	15.098
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		-	-	7.180	6.656
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	1.773	2.579
		-	-	62.277	75.722
<b>Tributos e contribuições sociais</b>					
Federais		(50)	8.236	307.129	275.048
Municipais		-	-	157	84
		(50)	8.236	307.286	275.132
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Dividendos	24 (c)	13.952	148.393	13.952	148.393
Retenção de lucros		44.787	476.416	44.787	476.416
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores		-	-	252.907	1.025.661
		58.739	624.809	311.646	1.650.470
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>81.593</b>	<b>646.304</b>	<b>1.649.855</b>	<b>2.862.665</b>

- (i) Considerando os efeitos no exercício, a Companhia adotou a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferido dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1 Considerações gerais

A VTRM Energia Participações S.A. (nova denominação: Auren Energia S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2022), "Companhia" ou "VTRM", com sede na cidade de São Paulo - SP, é uma holding que tem por objetivo ser plataforma de investimentos relacionados à aquisição e desenvolvimento de novos ativos de geração de energia renovável no Brasil e o objetivo de suas controladas é o planejamento, construção, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia eólica, solar e hidrelétrica, assim como a comercialização da energia produzida por estes sistemas.

A Companhia é controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e pelo Canada *Pension Plan Investment Board* ("CPP Investments").

A partir de 03 de fevereiro de 2022, a Votorantim S.A. ("VSA") passou a ser detentora das ações que eram da VGE, conforme descrito na nota 31.1 (a) – Reorganização societária decorrente das operações VTRM e CESP. Dessa forma a Companhia é controlada em conjunto pela VSA e pelo CPP Investments.

A Companhia obteve, em 25 fevereiro de 2022, o registro de companhia aberta categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Abertura de Capital") e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado ("Listagem no Novo Mercado"). Maiores detalhes na Nota 31 - Eventos subsequentes. Em 23 de março de 2022, foi comunicado ao mercado que as ações da Companhia serão listadas, sob o *ticker* AURE3, no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o início de negociação acontece no dia 28 de março de 2022.

As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

As controladas operacionais hidrelétricas e eólicas da Companhia possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (Mwm)	Localização	Início	Término
<b>Usinas hidroelétricas</b>				
UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Batayporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
UHE Paraibuna	87,0	Paraibuna - SP	24/04/1978	03/06/2022
<b>Complexo de geração eólicas</b>				
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.	29,4	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	18/08/2014	18/08/2049
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	25/08/2014	25/08/2049
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	18,4	Simões - PI	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	25,3	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	03/09/2014	03/09/2049
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	29,9	Araripina - PE	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	27,6	Araripina - PE	02/09/2014	02/09/2049
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	27,6	Simões - PI	11/05/2015	11/05/2050
Ventos de São Virgílio I Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	29,9	Simões - PI	20/08/2015	20/08/2050
Ventos de São Virgílio III Energias Renováveis S.A.	19,8	Curral Novo do Piauí - PI	08/05/2015	08/05/2050
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	27/05/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	02/09/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	42,0	Curral Novo do Piauí - PI	24/06/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	46,2	Ouricuri e Araripina - PE	22/07/2022	10/11/2055
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	33,6	Curral Novo do Piauí - PI	13/05/2022	10/11/2055
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	42,0	Ouricuri - PE	19/08/2022	10/11/2055
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí e Paulistana - PI	11/11/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	46,2	Paulistana - PI	16/09/2022	10/11/2055
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	37,8	Betânia do Piauí - PI	28/10/2022	10/11/2055
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	46,2	Curral Novo - PI	30/09/2022	10/11/2055
	<u>2.602,3</u>			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo de 2021

### 1.1.1 Principais eventos operacionais

#### (a) Incidente ocorrido na subestação coletora de Ventos do Araripe III

Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, provocou o desligamento do transformador de força ("trafo") remanescente dessa subestação. Este fato, causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência.

Com relação à segunda ocorrência, a Administração da Araripe III acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo, com prazo de conclusão previsto para abril de 2022.

A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo foi refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuraram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com conseqüente redução na receita líquida das empresas, o que ocorrerá até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Durante o ano de 2021, a Administração discutiu junto à seguradora as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação.

Em 28 de dezembro de 2021, foram registrados os valores de R\$ 5.439 pela controlada Ventos de Santo Augusto, referente à indenização da parcela de danos materiais e que foi integralmente recebido nessa data, e R\$ 46.253 pela Companhia, referente à indenização da parcela dos lucros cessantes, cujo montante foi recebido em duas parcelas, sendo R\$ 44.501 recebido em 28 de dezembro de 2021 e R\$ 1.752 recebido em 16 de fevereiro de 2022.

#### (b) Repactuação do Risco Hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

A controlada CESP vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas, em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que impactaram de forma negativa o GSF após 2012.

Em reunião realizada em 29 de março de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou:

- i. a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da Usina Hidrelétrica (UHE) Paraibuna;
- ii. o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020;
- iii. adesão à repactuação do risco hidrológico para as usinas Paraibuna e Porto Primavera e conseqüente extensão de outorga, em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, respectivamente.

Usina	Valor	Impairment - provisão	Amortização acumulada	Intangível líquido	Prazo de extensão	Data fim da concessão
UHE Paraibuna	43.294	-	(18.554)	24.740	15 meses	3 de junho de 2022
UHE Porto Primavera	738.680	(299.452)	-	439.228	7 anos	13 de abril de 2056
<b>Total</b>	<b>781.974</b>	<b>(299.452)</b>	<b>(18.554)</b>	<b>463.968</b>		

A controlada CESP não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção pela repactuação não dependeu de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio pela controlada.

Com a homologação dos prazos de extensão e adesão à repactuação do risco hidrológico, a controlada CESP registrou o ativo intangível (Nota 12 (a)) em contrapartida com a rubrica de Recuperação de custos na Demonstração do resultado (Nota 26), no valor total de R\$ 781.974. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão (Outorga, Uso do bem público, terrenos e outros) serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. No registro da repactuação do risco hidrológico da UHE Paraibuna, houve o reconhecimento do montante de R\$ 18.554 de amortização, relativo ao período de março a setembro de 2021, após homologação da ANEEL.

**(c) Restrições hidráulicas na UHE Porto Primavera**

Considerando a permanência do cenário de crise hidrológica no país em 2021, e especialmente na bacia do Rio Paraná, onde se localiza a UHE Porto Primavera, causado pela precipitação significativamente abaixo da média nas principais bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), com as piores sequências hidrológicas do histórico de vazões registrado em 91 anos, as autoridades governamentais têm determinado, desde o fim de 2020, medidas visando garantir a governabilidade hidráulica da bacia, inclusive por meio da redução das vazões mínimas praticadas.

Nesse contexto, e considerando o Alerta de Emergência Hídrica emitido pelo Sistema Nacional de Meteorologia (“SNM”) e a Resolução da Agência Nacional das Águas (“ANA”) que declarou a situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, que vigorou até 30 de novembro de 2021, bem como os estudos técnicos do Operador Nacional do Sistema (“ONS”), foi estabelecido conjunto de medidas urgentes de flexibilização de restrições hidráulicas o qual foi adotado, em caráter excepcional, como alternativa para enfrentamento da escassez hídrica e seus impactos diversos, dado o risco de comprometimento da geração de energia elétrica para atendimento ao SIN.

Entre essas medidas, foi determinada a flexibilização da vazão da UHE Porto Primavera, e conforme aprovado pelo IBAMA no Plano de Trabalho para Redução da Vazão Defluente na UHE Porto Primavera. No final de agosto de 2021, foram retomados valores considerados ambientalmente seguros, conforme aumentos comandados pelo ONS.

A CREG (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, criada pela MP 1.055/2021), em suas duas últimas reuniões realizadas em 2021, deliberou sobre medidas relacionadas à flexibilização de vazão defluente da UHE Porto Primavera em 2022.

A crise hídrica teve efeito relevante no desempenho financeiro da controlada CESP em 2021. Como todas as outras geradoras de energia hidrelétrica, a controlada CESP foi penalizada pela queda na produção e com a piora do GSF como pode ser observado na Nota 26 – Custos e despesas.

**(d) Homologação da TUST**

A Resolução Homologatória nº 2.896 de 13 de julho de 2021, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”) de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A nova tarifa aplicada à UHE Porto Primavera é de R\$ 10,815/kW, aumento de 24% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 8,721/kW).

**(e) Principais captações**

**(i) Captações do complexo VDP II e III**

Em 31 de agosto de 2021, as empresas de Piauí II e III captaram o montante de R\$ 537.000, em moeda nacional, junto ao BNDES, com vencimento da primeira parcela do principal em dezembro de 2022 e vencimento final em 2045 e taxas de juros de IPCA + 4,56% a.a. (Nota 13 (d)). Os recursos captados estão sendo destinados à construção dos parques eólicos.

**(ii) Captações da VTRM**

Em 15 dezembro de 2021 a Companhia emitiu sua primeira debênture simples, em série única, de espécie quirografária, com vencimento em dezembro de 2024, no montante total de R\$ 300.000, indexados ao CDI + 1,48% a.a. (Nota 13 (d)). A captação está sendo destinada para aquisição de projetos de energias renováveis.

**(f) Alienação de participação pela VTRM de investidas de VDP 2/3 x Companhia Brasileira de Alumínio – “CBA”**

A VTRM concretizou, em 30 de setembro de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de venda de ações firmado em 14 de agosto de 2020, junto à empresa CBA, a alienação da participação nas investidas Ventos de Santo Anselmo e Ventos de Santo Isidoro, no percentual de 49%, pelo valor total de R\$ 64.387.

Em 14 de agosto de 2020, foi firmado um acordo de acionistas, que prevê entre outras questões (i) que os riscos e benefícios (acesso aos retornos) sobre os investimentos serão assumidos integralmente pela VTRM, e (ii) uma opção de compra dessas ações outorgada pela contraparte para VTRM e uma opção de venda dessas ações outorgada pela VTRM para a contraparte após o período de 10 (dez) anos, ou a qualquer tempo, mesmo antes do término do período de 10 (dez) anos nas hipóteses indicadas no Acordo de Acionistas, pelo mesmo valor da alienação. Como a VTRM possui no momento corrente acesso integral aos retornos dessas investidas, a proporção alocada aos seus investimentos foi determinada levando em consideração tal fato.

Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, contemplam os saldos integrais dessas investidas, bem como o saldo a receber em razão da alienação das ações, no montante de R\$ 58.590, que será recebido em 5 parcelas anuais a partir de janeiro de 2023, e o saldo a pagar pela opção de compra futura, no montante de R\$ 46.658 que será liquidado em parcela única. Ambos os saldos estão registrados à valor presente e foram calculados por uma taxa de desconto livre de risco baseada na inflação do país, projetada para o exercício.

**(g) Reorganização societária - consolidação de ativos de energia e listagem de ações no Novo Mercado**

Em 18 de outubro de 2021, os acionistas controladores indiretos da VTRM, Votorantim S.A. (“VSA”) e CPP Investments, celebraram um memorando de entendimentos não vinculativo para reorganização societária visando (i) a consolidação de determinados ativos de energia, pelo qual os acionistas da VTRM acordaram em exercer seus votos para combinar as operações de forma reversa, onde a VTRM incorpora os saldos de sua acionista VGE e, (ii) a

obtenção pela VTRM do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

Nos termos do acordo firmado entre VSA e CPP Investments, a reorganização estava prevista para ocorrer em duas etapas principais, denominadas “Operação VTRM” e “Operação CESP”:

#### Operação VTRM:

- (a) Contribuição de ativos por meio da incorporação reversa da VGE pela VTRM, de forma que a VTRM passe a deter participação nos seguintes ativos:
  - (i) participação de 50% do capital social da empresa Pinheiro Machado Participações S.A. (“Pinheiro Machado”), cujos ativos de geração incluem a UHE Machadinho (Consórcio Machadinho), correspondentes a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
  - (ii) participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia Participações S.A. (“CBA Energia”), cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
  - (iii) participação de 66,6667% do capital social da Pollarix S.A. (“Pollarix”), cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; e
  - (iv) participação de 100% do capital social da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”), correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão.

Em consequência da incorporação reversa da VGE, as 992.547.439 ações de emissão da VTRM e de titularidade da VGE serão canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM a serem atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela VTRM, serão emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA.

- (b) Em ato subsequente, a contribuição de caixa por meio da realização de aumento do capital social da VTRM, a ser subscrito e integralizado em moeda corrente nacional pelo CPP Investments, no montante de R\$ 1,5 bilhão, mediante a emissão de 365.803.013 novas ações atribuídas ao CPP Investments;

Após a implementação da Operação VTRM, VSA e CPP Investments passam a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente.

#### Operação CESP:

- (a) Abertura de capital da VTRM e listagem no Novo Mercado, através da submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria “A” à CVM e listagem no Novo Mercado da B3, sendo a efetiva listagem e negociação de ações da VTRM no Novo Mercado, condicionadas à conclusão da etapa Operação CESP.
- (b) Incorporação das ações de emissão da CESP pela VTRM, de forma que a CESP passe a ser subsidiária integral da VTRM, mediante a entrega aos acionistas não controladores da CESP de novas ações ordinárias e preferenciais resgatáveis de emissão da VTRM, em substituição às ações incorporadas de emissão da CESP de que sejam titulares.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Após a implementação da Operação VTRM e Operação CESP, é esperado que a VSA, o CPP Investments e os acionistas não controladores detenham participações societárias de aproximadamente 37,74%, 31,94% e 30,32% no capital social da VTRM, respectivamente (a serem confirmados conforme os valores atualizados na data das transações).

Os detalhes em relação às etapas da reorganização societária após 31 de dezembro de 2021 estão descritos na nota 31.1 - Eventos Subsequentes.

### 1.1.2 Principais eventos societários

#### Movimentações:

#### (a) Cisão parcial em controlada

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a cisão parcial do investimento na controlada São João Paulo II, efetuado a redução do capital social na controlada, conforme nota 1.1.2 (b), sendo importante destacar que não houve impacto contábil envolvendo a transação. A parcela cindida foi incorporada da seguinte maneira:

Incorporadora	Controladas	Cisão parcial de controlada		
		Percentual anterior	Percentual atual	Valor
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.966
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.813
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.092
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	0%	100%	5.036
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.969
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.375
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	0%	100%	4.133
				<b>32.384</b>

#### (b) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas as movimentações de capital social das controladas, via transferências bancárias e de ativos, conforme tabela a seguir:

	Capital social integralizado das controladas em					2021
	Aumento de capital social pela VTRM				Aumento de capital demais acionistas	
	2020	Via transferência bancária	Via transferência de ativos	Redução de capital social (Nota 1.1.2 (a))		
<b>Controladas</b>						
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	575.000	28.626	4.123	-	-	607.749
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	760	86.402	14.380	-	-	101.542
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	53.991	33.102	42.009	(32.384)	-	96.718
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	496	81.216	13.871	-	-	95.583
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. (i)	5.350	3.314	16.804	-	15.701	41.169
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. (i)	5.649	1.528	18.484	-	15.451	41.112
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (i)	4.379	6.601	13.443	-	16.301	40.724
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A. (i)	5.272	1.503	18.484	-	15.401	40.660
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. (i)	4.639	4.894	15.123	-	16.001	40.657
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. (i)	5.262	1.483	18.484	-	15.402	40.631
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. (i)	4.336	6.452	13.443	-	16.301	40.532
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	660	24.557	4.133	-	-	29.350
Jaíba V Holding S.A.	-	2.000	-	-	-	2.000
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	-	1.000	-	-	-	1.000
	<b>665.794</b>	<b>282.678</b>	<b>192.781</b>	<b>(32.384)</b>	<b>110.558</b>	<b>1.219.427</b>

(i) Em 17 de junho de 2021 as empresas de Piauí II e III realizaram uma reestruturação societária, com o objetivo de atingir a estrutura adequada para a operação dos parques. Desta maneira, houve alteração na participação

societária das empresas eólicas controladas pelas holdings Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A., que passaram a deter 50% de participação de suas investidas, sendo a VTRM detentora dos 50% remanescentes, através da emissão de novas ações e aportes realizados via transferências de ativos imobilizados, no montante de R\$ 160.397 e transferências bancárias realizados em 30 de junho e 29 de setembro de 2021, no montante de R\$ 282.678.

### (c) Constituição de novas empresas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu 17 novas empresas localizadas nos estados de Minas Gerais, do Ceará, Piauí e Pernambuco.

Estas controladas representam o fortalecimento da estratégia da Companhia de expansão nas atividades de geração de energia eólica e solar.

Controladas	Projeto	Data da criação
Hélios I Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	06/01/2021
Hélios II Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	06/01/2021
Hélios III Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	15/01/2021
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	15/01/2021
Hélios V Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	15/01/2021
Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	06/01/2021
Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	06/01/2021
Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda.	Hélios - energia solar	15/01/2021
Serra da Ibiapaba 1 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 2 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 3 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 4 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 5 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 6 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 7 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 8 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021
Serra da Ibiapaba 9 Geração de Energia Ltda.	Iris - energia eólica	08/09/2021

### (d) Aumento de capital da Companhia

Em 10 de novembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, houve a deliberação sobre exercício dos bônus de subscrição nº 01, 02, 03 e 04 emitidos conforme aprovado 29 de maio de 2018, e aprovação do aumento de capital, no montante de R\$ 22.853, sendo totalmente integralizado, na mesma data, através de transferência bancária pelo CPP *Investments*.

### (e) Aquisição do projeto solar Jaíba V

Em 09 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu o projeto Jaíba V para desenvolvimento de novos parques solares na região de Minas Gerais, cujo início de construção está previsto para ocorrer até fevereiro de 2023, com entrada em operação comercial prevista para ocorrer até janeiro de 2024. O complexo será composto por 13 parques solares localizados na região norte do Estado de Minas Gerais e terá uma capacidade instalada de geração de energia de 516 MW (626 MWP), a partir do início da operação do parque.

O valor do acordo de compra e venda na data do *closing* da operação totalizou R\$ 127.538, sendo que R\$ 87.665 foi reconhecido no ativo intangível correspondente ao custo de aquisição do projeto de exploração, e R\$ 39.873 foi reconhecido no investimento, correspondente ao valor patrimonial das empresas adquiridas no âmbito do projeto. Do saldo total do acordo, o montante de R\$ 96.568 foi pago no ato da aquisição, e o restante, no montante de R\$ 30.970, será pago na data de aprovação do início da construção, não podendo ultrapassar a data de 30 de junho de 2023.

#### **Dividendos:**

##### **(f) Aprovação da proposta de pagamento de dividendos e JSCP pela CESP**

Em 30 de março de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a proposta da Administração da CESP, para pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 850.164, dos quais R\$ 150.000 correspondem ao JSCP (pagamento líquido de IRRF, no montante de R\$ 134.298) e R\$ 700.164 correspondem aos dividendos (R\$ 447.542 de dividendos mínimos e R\$ 252.622 de dividendos adicionais).

Desse total, foi destinado à VTRM, o montante de R\$ 331.785, dos quais R\$ 47.496 refere-se ao JSCP, líquido de IRRF, e R\$ 284.289 refere-se aos dividendos (R\$ 181.717 de dividendos mínimos e R\$ 102.572 de dividendos adicionais), a serem pagos em moeda corrente nacional, em duas parcelas, sendo a primeira liquidada em 15 de abril de 2021, no montante de R\$ 230.210 e a segunda, liquidada em 15 de setembro de 2021, no montante de R\$ 101.575.

Já aos acionistas não controladores foram destinados R\$ 502.677, dos quais R\$ 86.802 refere-se ao JSCP, líquido de IRRF e R\$ 415.875 refere-se aos dividendos (R\$ 265.825 de dividendos mínimos e R\$ 150.050 de dividendos adicionais). O pagamento da primeira parcela dos dividendos ocorreu no dia 15 de abril de 2021, no montante de R\$ 353.780 referente aos juros sobre capital próprio e dividendos. O pagamento da segunda parcela ocorreu no dia 15 de setembro de 2021, no montante de R\$ 148.533 de dividendos.

Ainda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada CESP pagou o montante de R\$ 27 para os acionistas não controladores, referente à exercícios anteriores, dessa forma, o montante de dividendos pagos em 2021, para os acionistas não controladores, foi de R\$ 502.362.

##### **(g) Reversão de dividendos a pagar**

Em 30 de abril de 2021, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária pela não distribuição de dividendos sobre os lucros de 31 de dezembro de 2020, o que resultou na reversão do montante de R\$ 148.392 provisionados a título de dividendos a pagar pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia reverteu os dividendos propostos sobre o lucro de 2019 e não deliberados pelos acionistas, o que resultou na reversão do montante de R\$ 130.910 pela Companhia.

##### **(h) Aprovação e recebimento de dividendos pela controlada São Vicente**

Em 14 de junho de 2021, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 4.622 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da controlada Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("São Vicente"), controladora do complexo eólico Ventos do Piauí I.

Em 24 de agosto de 2021, a Companhia recebeu dividendos no montante de R\$12.040 referente aos dividendos adicionais deliberados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2020.

Ainda em 24 de agosto de 2021, foram deliberados dividendos adicionais pela controlada, à conta reserva de lucros verificados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 38.210, os quais foram liquidados na mesma data.

### 1.1.3 Outros eventos

#### Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a controladora em conjunto Votorantim Geração de Energia ("VGE"), informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

A Companhia e suas controladas estão avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Companhia e suas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

#### (i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19

As controladas da Companhia avaliaram a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2021, e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e na avaliação da situação financeiras dos credores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### (ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas avaliaram os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

#### (iii) Recuperabilidade dos impostos diferidos ativos

A controlada CESP possui saldo de R\$ 3.408.893 referentes a impostos diferidos ativos contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2021 e mesmo diante do cenário de incerteza, não identificou necessidade de provisão para perda dos saldos já contabilizados. As demais empresas controladas não possuem ativo fiscal diferido.

#### (iv) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

As controladas da Companhia avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

**(v) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas – covenants**

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* contidos em seus contratos de dívidas em 31 de dezembro de 2021, e concluíram que a pandemia não impactou no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamento.

Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas informam que não tiveram impactos materiais em suas operações por conta do COVID-19.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

**2.1 Declaração de Conformidade**

**(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

**(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 25 de março de 2022.

**2.2 Base de apresentação**

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo.

**2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

**2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A controlada indireta CESP Comercializadora, revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

<b>Nota explicativa</b>	<b>Conta contábil</b>
6	Contas a receber de clientes
11	Imobilizado
12	Intangível
16	Contratos futuros de energia
18	UBP - Uso do bem público
19	Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos
20	Provisão de ressarcimento
21	Provisões
22	Benefícios de pós-emprego

## 2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

### (a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### (b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Piauí I, II e III possuem participação e controlam em conjunto as empresas Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcios").

**VTRM Energia Participações S.A.**  
(nova denominação: Auren Energia S.A.)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos de uso comum, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão e a rede média tensão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

**(c) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras**

	2021		2020		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
<b>Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I"):</b>							
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. (i)	77,36%	77,36%	77,36%	77,36%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A. (i)	84,96%	84,96%	84,96%	84,96%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Vínicius Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí	100%	100%	100%	100%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
<b>Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II"):</b>							
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (ii)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Crispim Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Angelo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (ii)	51%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	50%	0%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí II	100%	100%	0%	0%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
<b>Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"):</b>							
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Ceará - Brasil	Holding
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Ciró Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Consórcio Ventos do Piauí III	100%	100%	0%	0%	Indireto	Piauí - Brasil	Construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns
<b>Complexo Eólico Ventos do Araripe III ("Araripe III"):</b>							
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Ventos de São Virgílio III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

- (i) Em 2020, a controlada São Vicente alienou de participação dessas controladas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.
- (ii) Conforme descrito no item 1.1.1 (e), houve alienação de participação dessas investidas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2021		2020		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
<b>Geração e comercialização hídrica</b>							
CESP - Companhia Energética de São Paulo	40%	94%	40%	94%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração e comercialização de energia elétrica
CESP Comercializadora de Energia S.A.	40%	94%	40%	94%	Indireto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
<b>Geração solar</b>							
Jaiba V Holding S.A.	100%	100%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Mnas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
<b>Outros</b>							
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	99%	99%	0%	0%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Hélios I Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios V Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí II Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí III Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Sol do Piauí IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Hélios IV Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Direto	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 1 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 2 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 3 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 4 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 5 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 6 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 7 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 8 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica
Serra da Ibiapaba 9 Geração de Energia Ltda.	100%	100%	0%	0%	Indireto	Ceará - Brasil	Geração de energia elétrica

## 2.6 Reapresentação espontânea de saldos comparativos

Com o intuito de melhor apresentação das informações contábeis, os saldos comparativos do balanço patrimonial estão sendo reapresentados, de forma espontânea. A Companhia optou por apresentar os saldos ativos e passivos dos seus contratos de futuros de energia, onde estes estavam sendo apresentados de forma líquida no balanço patrimonial. Estas alterações não afetaram as demonstrações do fluxo de caixa, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e demonstração de mutações do patrimônio líquido.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O quadro abaixo demonstra as alterações efetuadas:

<b>Consolidado</b>			
<b>2020</b>			
	<b>Apresentado</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Contratos futuros de energia	-	103.139	103.139
<b>Não circulante</b>			
Contratos futuros de energia	-	25.297	25.297
	<b>-</b>	<b>128.436</b>	<b>128.436</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Contratos futuros de energia	17.336	103.139	120.475
<b>Não circulante</b>			
Contratos futuros de energia	4.108	25.297	29.405
	<b>21.444</b>	<b>128.436</b>	<b>149.880</b>

### 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

#### 3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iii) Custos de empréstimos no teste de desconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (iv) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”;
- (v) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vi) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (vii) Reforma das IBORs (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidenciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

### 3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022:

- (i) Revisão de pronunciamentos técnicos pelo comitê de pronunciamentos contábeis, nº 19/2021 com alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 37 (R1) / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020; Ativo Imobilizado – vendas antes do uso pretendido; Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; e Referências à Estrutura Conceitual. A entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022.

## 4 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Corporativa também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

A Diretoria corporativa, considera o negócio por tipo de geração, conforme apresentado abaixo.

1. Geração eólica (Piauí I, II e III e Araripe III)
2. Geração e comercialização hídrica (CESP e CESP Comercializadora)
3. Outros projetos (segmento criado em 2021 devido aquisição das empresas)
4. Holding.

As informações a seguir referem-se à abertura da VTRM por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas do mesmo segmento, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; e (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pela *holding*.

## (a) Balanço patrimonial – Por segmento de negócio

	2021					
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Outros projetos	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	782.132	428.231	2.306	383.149	-	1.595.818
Aplicações financeiras	-	77.751	-	-	-	77.751
Fundo de liquidez - Conta reserva	6.153	-	-	-	-	6.153
Contas a receber de clientes	60.189	268.439	3	-	-	328.631
Tributos a recuperar	2.955	28.847	14	4.898	-	36.714
Dividendos a receber	-	-	-	160.963	(160.963)	-
Partes relacionadas	3.678	-	-	-	-	3.678
Ordens de projetos - P&D	-	5.076	-	-	-	5.076
Contratos futuros de energia	-	270.815	-	-	-	270.815
Outros ativos	5.624	6.750	398	6.163	-	18.935
	<u>860.731</u>	<u>1.085.909</u>	<u>2.721</u>	<u>555.173</u>	<u>(160.963)</u>	<u>2.343.571</u>
Ativos disponíveis para venda	-	8.428	-	-	-	8.428
	<u>860.731</u>	<u>1.094.337</u>	<u>2.721</u>	<u>555.173</u>	<u>(160.963)</u>	<u>2.351.999</u>
<b>Não circulante</b>						
Fundo de liquidez – Conta reserva	100.048	-	-	-	-	100.048
Partes relacionadas	7.721	-	-	58.590	-	66.311
Cauções e depósitos judiciais	-	195.968	-	-	-	195.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.408.893	-	-	-	3.408.893
Almoarifado	-	6.042	-	-	-	6.042
Contratos futuros de energia	-	341.292	-	-	-	341.292
Ativo sujeito à indenização	-	1.739.161	-	-	-	1.739.161
Outros ativos	365	-	477	-	-	842
	<u>108.134</u>	<u>5.691.356</u>	<u>477</u>	<u>58.590</u>	<u>-</u>	<u>5.858.557</u>
Investimentos	-	-	40.589	4.405.443	(4.446.032)	-
Imobilizado	3.154.851	5.722.420	134	3.331	99.546	8.980.282
Intangível	37.759	1.913.809	40.076	281.748	93.040	2.366.432
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	-	5.256	-	27	-	5.283
	<u>3.300.744</u>	<u>13.332.841</u>	<u>81.276</u>	<u>4.749.139</u>	<u>(4.253.446)</u>	<u>17.210.554</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><b>4.161.475</b></u>	<u><b>14.427.178</b></u>	<u><b>83.997</b></u>	<u><b>5.304.312</b></u>	<u><b>(4.414.409)</b></u>	<u><b>19.562.553</b></u>
<b>2021</b>						
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Outros projetos	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	110.941	98.018	-	-	-	208.959
Fornecedores	76.065	141.264	103	8.146	-	225.578
Arrendamentos	-	1.793	-	31	-	1.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	12.699	-	-	-	12.699
Contratos futuros de energia	-	282.619	-	-	-	282.619
Obrigações estimadas e folha de pagamento	-	22.380	1	1.512	-	23.893
Tributos a recolher	12.395	20.528	5	4.781	-	37.709
Encargos setoriais	-	20.170	-	-	-	20.170
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	7.035	389.668	-	13.952	(160.963)	249.692
UBP - Uso do Bem Público	-	42.462	-	-	-	42.462
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	6.052	38.013	-	-	-	44.065
Provisão de ressarcimento	325.557	-	-	-	-	325.557
Outros passivos	1.377	96.975	180	28.196	-	126.728
	<u>539.422</u>	<u>1.166.589</u>	<u>289</u>	<u>56.618</u>	<u>(160.963)</u>	<u>1.601.955</u>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	2.304.346	1.897.895	-	299.674	-	4.501.915
Fornecedores	-	-	-	74.216	-	74.216
Arrendamentos	-	3.674	-	-	-	3.674
Contratos futuros de energia	-	337.697	-	-	-	337.697
Tributos a recolher	13.396	-	-	-	-	13.396
Partes relacionadas	17.524	-	-	46.658	-	64.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	717	-	-	330.998	20.309	352.024
UBP - Uso do Bem Público	-	87.531	-	-	-	87.531
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	82.451	187.825	-	-	-	270.276
Provisão de ressarcimento	7.970	-	-	-	-	7.970
Provisões	52	1.329.360	-	-	-	1.329.412
Benefícios pós-emprego	-	1.785.499	-	-	-	1.785.499
Outros passivos	-	47.546	-	38.745	-	86.291
	<u>2.426.456</u>	<u>5.677.027</u>	<u>-</u>	<u>790.291</u>	<u>20.309</u>	<u>8.914.083</u>
<b>Total do passivo</b>	<u><b>2.965.878</b></u>	<u><b>6.843.616</b></u>	<u><b>289</b></u>	<u><b>846.909</b></u>	<u><b>(140.654)</b></u>	<u><b>10.516.038</b></u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	1.195.597	3.033.865	83.708	4.457.403	(4.313.170)	4.457.403
Participação dos acionistas não controladores	-	4.549.697	-	-	39.415	4.589.112
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u><b>1.195.597</b></u>	<u><b>7.583.562</b></u>	<u><b>83.708</b></u>	<u><b>4.457.403</b></u>	<u><b>(4.273.755)</b></u>	<u><b>9.046.515</b></u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><b>4.161.475</b></u>	<u><b>14.427.178</b></u>	<u><b>83.997</b></u>	<u><b>5.304.312</b></u>	<u><b>(4.414.409)</b></u>	<u><b>19.562.553</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

	2020				
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	287.557	713.384	101.711	-	1.102.652
Fundo de liquidez – Conta reserva	6.740	-	-	-	6.740
Contas a receber de clientes	111.573	272.817	-	-	384.390
Tributos a recuperar	1.112	61.190	3.322	-	65.624
Dividendos a receber	-	-	246.679	(246.679)	-
Partes relacionadas	3.561	3.482	-	-	7.043
Ordens de projetos - P&D	-	52.685	-	-	52.685
Contratos futuros de energia	-	103.139	-	-	103.139
Outros ativos	5.753	15.299	660	-	21.712
	<u>416.296</u>	<u>1.221.996</u>	<u>352.372</u>	<u>(246.679)</u>	<u>1.743.985</u>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Fundo de liquidez – Conta reserva	76.295	-	-	-	76.295
Partes relacionadas	11.421	-	-	-	11.421
Cauções e depósitos judiciais	-	260.496	-	-	260.496
Contratos futuros de energia	-	25.297	-	-	25.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	3.954.680	-	-	3.954.680
Almoarifado	176	6.023	-	-	6.199
Ativo sujeito à indenização	-	1.739.161	-	-	1.739.161
Outros ativos	334	-	-	21	355
	<u>88.226</u>	<u>5.985.657</u>	<u>-</u>	<u>21</u>	<u>6.073.904</u>
Investimentos	-	-	3.943.471	(3.943.471)	-
Imobilizado	2.580.259	5.956.429	159.969	128.761	8.825.418
Intangível	39.107	1.509.895	122.967	98.799	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	-	6.323	110	-	6.433
	<u>2.707.592</u>	<u>13.458.304</u>	<u>4.226.517</u>	<u>(3.715.890)</u>	<u>16.676.523</u>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>3.123.888</u></b>	<b><u>14.680.300</u></b>	<b><u>4.578.889</u></b>	<b><u>(3.962.569)</u></b>	<b><u>18.420.508</u></b>
<b>2020</b>					
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	110.757	18.220	-	-	128.977
Fornecedores	7.310	103.080	37.544	-	147.934
Arrendamento	-	1.700	87	-	1.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	95.084	-	-	95.084
Contratos de energia futura	-	120.475	-	-	120.475
Obrigações estimadas e folha de pagamento	-	23.387	2.342	-	25.729
Tributos a recolher	5.187	40.721	7.706	-	53.614
Encargos setoriais	-	76.507	-	-	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	17.444	581.919	279.302	(246.657)	632.008
UBP - Uso do bem público	-	41.307	-	-	41.307
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	6.052	28.426	-	-	34.478
Provisão de ressarcimento	64.582	-	-	-	64.582
Outros passivos	1.427	22.906	48	-	24.381
	<u>212.759</u>	<u>1.153.732</u>	<u>327.029</u>	<u>(246.657)</u>	<u>1.446.863</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	1.819.857	1.800.854	-	-	3.620.711
Fornecedores	-	-	41.538	-	41.538
Arrendamento	-	4.789	31	-	4.820
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.141	-	-	9.141
Contratos de energia futura	-	29.405	-	-	29.405
Tributos a recolher	10.525	-	-	-	10.525
Encargos setoriais	-	1.240	-	-	1.240
Partes relacionadas	16.970	-	-	-	16.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	655	-	330.317	26.266	357.238
UBP - Uso do bem público	-	114.057	-	-	114.057
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	76.586	152.749	-	-	229.335
Provisão de ressarcimento	76.221	-	-	-	76.221
Provisões	49	1.748.257	-	-	1.748.306
Benefícios pós-emprego	-	2.412.379	-	-	2.412.379
Outros passivos	2	47.484	617	-	48.103
	<u>2.000.865</u>	<u>6.320.355</u>	<u>372.503</u>	<u>26.266</u>	<u>8.719.989</u>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>2.213.624</u></b>	<b><u>7.474.087</u></b>	<b><u>699.532</u></b>	<b><u>(220.391)</u></b>	<b><u>10.166.852</u></b>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	910.264	2.882.902	3.879.357	(3.793.166)	3.879.357
Participação dos acionistas não controladores	-	4.323.311	-	50.988	4.374.299
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>910.264</u></b>	<b><u>7.206.213</u></b>	<b><u>3.879.357</u></b>	<b><u>(3.742.178)</u></b>	<b><u>8.253.656</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>3.123.888</u></b>	<b><u>14.680.300</u></b>	<b><u>4.578.889</u></b>	<b><u>(3.962.569)</u></b>	<b><u>18.420.508</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
(nova denominação: Auren Energia S.A.)  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Demonstração do resultado – Por segmento de negócio**

						2021
	Geração eólica	Geração e comercialização hídrica	Outros projetos	Holding	Eliminações	Consolidado
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	331.301	2.292.813	-	-	-	2.624.114
Custo com energia elétrica	(29.887)	(1.298.848)	-	-	-	(1.328.735)
Custo com operação	(213.912)	(468.764)	-	-	-	(682.676)
Repactuação do risco hidrológico	-	781.974	-	-	-	781.974
<b>Lucro bruto</b>	<b>87.502</b>	<b>1.307.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.394.677</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas	(8.133)	(125.429)	(101)	(34.934)	-	(168.597)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	137.860	-	30.898	(34.959)	133.821
	(8.111)	12.431	(101)	(4.036)	(34.959)	(34.776)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>79.391</b>	<b>1.319.606</b>	<b>(101)</b>	<b>(4.036)</b>	<b>(34.959)</b>	<b>1.359.901</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>						
Equivalência patrimonial	-	-	-	48.882	(48.882)	-
	-	-	-	48.882	(48.882)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>						
Receitas financeiras	31.694	32.528	8	30.849	-	95.079
Despesas financeiras	(199.104)	(646.695)	(2)	(16.325)	-	(862.126)
	(167.410)	(614.167)	6	14.524	-	(767.047)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(88.019)</b>	<b>705.439</b>	<b>(95)</b>	<b>59.370</b>	<b>(83.841)</b>	<b>592.854</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Correntes	(21.860)	(18.515)	-	50	-	(40.325)
Diferidos	(63)	(246.097)	-	(681)	5.958	(240.883)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(109.942)</b>	<b>440.827</b>	<b>(95)</b>	<b>58.739</b>	<b>(77.883)</b>	<b>311.646</b>
						2020
	Geração eólica	Geração hídrica	Holding	Eliminações	Consolidado	
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	389.809	1.917.248	-	-	2.307.057	
Custo com energia elétrica	(27.663)	(751.687)	-	-	(779.350)	
Custo com operação	(190.471)	(437.955)	-	-	(628.426)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>171.675</b>	<b>727.606</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>899.281</b>	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas gerais e administrativas	(13.655)	(111.552)	(25.847)	-	(151.054)	
Outras receitas operacionais, líquidas	529	196.672	3.476	(34.799)	165.878	
	(13.126)	85.120	(22.371)	(34.799)	14.824	
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>158.549</b>	<b>812.726</b>	<b>(22.371)</b>	<b>(34.799)</b>	<b>914.105</b>	
<b>Resultado de participações societárias</b>						
Equivalência patrimonial	-	-	653.952	(653.952)	-	
	-	-	653.952	(653.952)	-	
<b>Resultado financeiro líquido</b>						
Receitas financeiras	10.699	29.742	3.863	-	44.304	
Despesas financeiras	(175.025)	(585.670)	(6.015)	-	(766.710)	
	(164.326)	(555.928)	(2.152)	-	(722.406)	
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(5.777)</b>	<b>256.798</b>	<b>629.429</b>	<b>(688.751)</b>	<b>191.699</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Correntes	(14.174)	(24.639)	(8.236)	-	(47.049)	
Diferido	(322)	1.496.603	3.616	5.923	1.505.820	
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(20.273)</b>	<b>1.728.762</b>	<b>624.809</b>	<b>(682.828)</b>	<b>1.650.470</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(c) **Gestão de capital - índice de alavancagem financeira (consolidado)**

	Consolidado	
	2021	2020
<b>EBITDA ajustado</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	311.646	1.650.470
<b>Adições (exclusões):</b>		
Imposto de renda e contribuição social	281.208	(1.458.771)
Resultado financeiro, líquido	767.047	722.406
Depreciação e amortização	558.995	531.817
EBITDA antes de outras adições e itens excepcionais	1.918.896	1.445.922
<b>Itens excepcionais:</b>		
PDV - Programa de demissão voluntária	-	14.998
Reversão de processos judiciais	(425.693)	(266.644)
Despesas com depósitos judiciais	60.256	63.284
Provisão (reversão) de impairment de ativo imobilizado e intangível	248.520	(7.589)
Repactuação do risco hidrológico	(781.974)	-
<b>EBITDA ajustado (A)</b>	<b>1.020.005</b>	<b>1.249.971</b>
<b>Dívida líquida</b>		
Empréstimos e financiamentos	4.710.874	3.749.688
Arrendamentos	5.498	6.607
Caixa e equivalentes de caixa	(1.595.818)	(1.102.652)
Aplicações financeiras	(77.751)	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.699	104.225
<b>Dívida líquida - (B)</b>	<b>3.055.502</b>	<b>2.757.868</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (B/A)</b>	<b>3,00</b>	<b>2,21</b>

5 **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva**

**Política contábil**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 97,95% e 102,00% do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Caixa e bancos	54	55	24.520	18.408
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	324.943	91.628	1.251.551	877.882
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs (i)	-	-	49.085	155.189
Letra Financeira - títulos privados	-	-	-	16.813
Operações compromissadas	-	-	35.020	153
Quotas de fundos de investimento	58.152	10.028	235.642	34.207
	<b>383.149</b>	<b>101.711</b>	<b>1.595.818</b>	<b>1.102.652</b>

- (i) As aplicações em Letras Financeiras do Tesouro possuem vencimento em 01 de março de 2022, e são de conversibilidade imediata de caixa.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações são compostas substancialmente por operações compromissadas e títulos públicos, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas	6.510	-	6.510	-
Títulos públicos	51.642	10.028	229.132	34.207
	<u>58.152</u>	<u>10.028</u>	<u>235.642</u>	<u>34.207</u>

### 5.1 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração de 101,41% do CDI.

	Consolidado	
	2021	2020
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	77.751	-
	<u>77.751</u>	<u>-</u>

### 5.2 Fundo de liquidez – Conta reserva

Os empréstimos e financiamentos das controladas de Piauí I e Araripe III exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de caixa restrito em contas reservas é no montante de R\$ 106.201, sendo R\$ 6.153 registrado no ativo circulante e R\$ 100.048 no ativo não circulante (R\$ 83.035 em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$ 6.740 registrado no ativo circulante e R\$ 76.295 no ativo não circulante).

### 5.3 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, fundo de liquidez – conta reserva:

	Controladora		Consolidado	
	Rating local		Rating local	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva				
AAA	383.145	101.706	1.663.551	877.536
AA+	-	-	29.700	79.999
AA	4	5	86.510	57.166
AA-	-	-	-	170.964
Sem rating	-	-	9	22
	<u>383.149</u>	<u>101.711</u>	<u>1.779.770</u>	<u>1.185.687</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado pelas mesmas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 6 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas esperadas.

Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

**Leilões de Energia:** representados por conta a receber de distribuidoras no âmbito de contratos firmados conforme participação em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários ou de contratos de operações de venda de energia, em ambiente de contratação livre.

**Contratos bilaterais:** representados por conta a receber de consumidores industriais e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

**Contabilização CCEE:** o saldo a receber decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), podendo representar um valor a receber ou a pagar.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

### Composição

	Consolidado		
	2021		
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Total
<b>ACR</b>			
Leilão de Energia Nova (LEN)	109.926	-	109.926
Leilão de Energia Reserva (LER)	8.081	-	8.081
<b>ACL</b>			
Contratos bilaterais (i)	145.701	-	145.701
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	10.961	1.737	12.698
Trading	41.054	-	41.054
Partes relacionadas (Nota 23)	11.171	-	11.171
	<u>326.894</u>	<u>1.737</u>	<u>328.631</u>

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	2020				
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 180 dias	(-) Perda esperada (ii)	Total
<b>ACR</b>					
Leilão de Energia Nova (LEN)	98.984	1.396	-	-	100.380
Leilão de Energia Reserva (LER)	8.072	-	-	-	8.072
Energia Livre (RTE)	-	-	13.712	(13.712)	-
<b>ACL</b>					
Contratos bilaterais (i)	144.345	-	4.172	(4.172)	144.345
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	45.166	11.894	46.668	-	103.728
Trading	17.824	-	-	-	17.824
Partes relacionadas (Nota 23)	9.124	-	-	-	9.124
Suprimento em regime de quotas	917	-	2.036	(2.036)	917
	<b>324.432</b>	<b>13.290</b>	<b>66.588</b>	<b>(19.920)</b>	<b>384.390</b>

- (i) A controlada CESP possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2021, os dez principais clientes representam 65,41% do total da carteira (70,67% em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) A controlada CESP não possui mais a expectativa de recebimento dos valores que estavam provisionados em dezembro de 2020, motivo pelo qual realizou a baixa, em 2021, do saldo ativo de contas a receber e do total da perda esperada sobre os títulos.

## 7 Ordens de projetos - P&D

Conforme a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. De acordo com a Lei 14.120/2021, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 998/2020, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser distribuídos do seguinte modo:

- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT;
- 28% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL;
- 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia – MME;
- 12% (doze por cento) dos recursos devem ser recolhidos para Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

O projeto de P&D no setor de energia elétrica deve ser original e inovador, diferente da pesquisa acadêmica pura que se caracteriza pela liberdade de investigação, deve ter metas e resultados previstos. Para respeitar a obrigação de investir em P&D, as empresas devem enviar à ANEEL seus projetos, contendo informações sobre os resultados esperados, a sua aplicabilidade, os custos previstos para execução, a expectativa de retorno financeiro, a pertinência do estudo a temas de interesse do setor elétrico e o grau de inovação ou avanço tecnológico pretendido. Após o encerramento do projeto, a ANEEL fará uma avaliação criteriosa dos resultados alcançados e dos gastos incorridos, para fins de aprovação, total ou parcial, do projeto e reconhecimento dos investimentos realizados. Os gastos não reconhecidos num dado projeto aprovado parcialmente ou reprovado deverão ser estornados à Conta de P&D e remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

A controlada CESP, está sob o regime da Lei 9.991, de 24 de julho de 2000 e através de cálculos sobre a ROL possui os montantes abaixo registrados no ativo que se referem a ordens de projetos, as quais estão vinculadas a aplicação de tais recursos, porém ainda não foram concluídas. Os valores estão apresentados ao custo amortizado.

	Consolidado	
	2021	2020
Ordens de Projetos - Pesquisa e Desenvolvimento	5.076	52.685
	<u>5.076</u>	<u>52.685</u>

- (i) Os gastos aplicados em Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto compensados com o passivo (Nota 17 – Encargos setoriais) registrado para este fim.

## 8 Cauções e depósitos judiciais

### Política contábil

Referem-se a garantias prestadas vinculadas a processos judiciais, sendo apresentados pelos seus valores históricos acrescidos de atualização monetária e são relacionados com provisões para riscos legais (Nota 21).

								Consolidado	
								2021	2020
	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Ambientais	Outros depósitos	Cauções (i)	Total	Total	
Saldo inicial do exercício	163.476	37.340	11.642	43.040	3.267	1.731	260.496	343.979	
Adições	16.262	480	1.629	-	30	159	18.560	6.430	
Atualizações	7.121	1.516	69	447	12	56	9.221	7.623	
Convertidos/ Levantados	(6.984)	(10.015)	(14)	-	(38)	(73)	(17.124)	(10.600)	
(-) Baixas	(64.761)	(10.027)	(53)	(344)	-	-	(75.185)	(86.936)	
Reclassificação entre esferas	46.159	239	-	(43.136)	(3.262)	-	-	-	
<b>Saldo final do exercício</b>	<u>161.273</u>	<u>19.533</u>	<u>13.273</u>	<u>7</u>	<u>9</u>	<u>1.873</u>	<u>195.968</u>	<u>260.496</u>	

A estratégia de análise criteriosa dos depósitos judiciais existentes e, também, andamento processual dos casos, resultou na baixa dos depósitos cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 75.185 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 86.936 em 2020), reconhecidos nas linhas de Outras Despesas Operacionais (Nota 26) e Resultado financeiro (Nota 27).

- (i) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE.

## 9 Ativo sujeito à indenização

### Política contábil

Dada a divergência existente, entre o Poder Concedente e a Administração da controlada CESP, em relação ao valor da indenização devida pela reversão de bens das UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupia, a Controlada ingressou em juízo para discutir a questão, visando o recebimento do valor de indenização que entende ser o correto. Além disso, com o final da concessão da UHE Jaguari, a Controlada está avaliando o valor de indenização. Desta forma, considerando a existência de ativo contingente, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Controlada efetuou ajuste no ativo, adequando o valor registrado das respectivas UHEs para o valor incontroverso, sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente. Em dezembro de 2020, com o fim da operação temporária da UHE Jaguari, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado para a rubrica de Ativos sujeitos à indenização.

Os ativos sujeitos a indenização sofrerão atualização financeira conforme prazos e índice a serem definidos.

O CPC 25 define ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada CESP.

### (a) Composição e movimentação

	Consolidado					
	2021					2020
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupia	Jaguari	Total	Total
<b>Composição do ativo sujeito a indenização</b>						
Ativo sujeito à indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	27.589	6.364.845	6.364.845
Ajuste para <i>impairment</i>	-	(1.657.484)	(337.826)	(7.818)	(2.003.128)	(2.003.128)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(506.346)	(304.492)	-	(2.622.556)	(2.622.556)
<b>Ativo sujeito a indenização (líquido)</b>	<b>1.717.362</b>	<b>2.028</b>	<b>-</b>	<b>19.771</b>	<b>1.739.161</b>	<b>1.739.161</b>

	Consolidado					
	2021					2020
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupia	Total	Total	
<b>Composição do ajuste ativo contingente</b>						
Ativo regulatório		(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)	(1.360.386)
Custo atribuído ( <i>deemed cost</i> )		(1.264.198)	-	-	(1.264.198)	(1.264.198)
Portaria MME nº 458/15		-	2.028	-	2.028	2.028
<b>Ajuste ativo contingente</b>	<b>(1.811.718)</b>	<b>(506.346)</b>	<b>(304.492)</b>	<b>(2.622.556)</b>	<b>(2.622.556)</b>	

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da controlada CESP, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das UHEs de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da UHE Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a controlada CESP deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a controlada CESP continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuí, até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Em relação à UHE Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

Em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari, a controlada CESP formalizou junto à União (MME/ANEEL) seu não interesse na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a controlada CESP manteve suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020. A controlada CESP, a partir de então, passou a operar temporariamente a UHE Jaguari no regime de cotas de garantia física, mantendo tal condição entre 21 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2020. Em razão da publicação da Portaria/MME nº 449, de 13 de novembro de 2020, Furnas Centrais Elétricas S/A passou a ser a nova empresa responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021.

#### **(b) UHE Três Irmãos**

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da usina Três Irmãos, até então realizada pela controlada CESP, houve determinação, por parte do Ministério de Minas e Energias (“MME”), para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da UHE Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria do MME nº 214/13.

Em razão do término da concessão para operação da UHE Três Irmãos, foi definido, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda (“MF”), o valor de indenização a ser pago à controlada CESP, “referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013”. O montante de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a controlada CESP manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da controlada CESP, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da controlada CESP, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Assim, conforme mencionado acima, dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a controlada CESP constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida judicialmente, estando o respectivo processo em fase inicial de produção de provas.

#### **(c) UHEs Ilha Solteira e Jupuí**

Conforme mencionado anteriormente, a controlada CESP operou as UHEs de Ilha Solteira e Jupuí até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha

Solteira, “considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015”. Para a UHE de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a controlada CESP ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das UHEs de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos. Apenas o recurso da controlada CESP foi parcialmente provido em 2ª instância, motivo pelo qual ambas as partes apresentaram recursos à 3ª instância, os quais aguardam, atualmente, julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a controlada CESP constituiu, em anos anteriores, ajustes para desvalorização desses ativos, no montante de R\$ 810.838 (Ilha Solteira – R\$ 506.346 e Jupia – R\$ 304.492, respectivamente).

#### (d) Operação temporária da UHE Jaguari

Em 19 de maio de 2020, o MME publicou a Portaria nº 218/2020, que definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica Jaguari (“UHE Jaguari”), no regime de cotas de garantia física, a partir de 21 de maio de 2020, até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União. Em 13 de novembro de 2020, o MME publicou a Portaria nº 409/2020, que designou Furnas Centrais Elétricas S.A., como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da UHE Jaguari, a partir de 1º de janeiro de 2021. Dessa forma, a controlada CESP reclassificou o valor residual do ativo imobilizado da UHE Jaguari para a rubrica de Ativos sujeitos à indenização no montante total de R\$ 19.771, em 31 de dezembro de 2020, e aguarda a definição dos valores de indenização a serem fixados pela União. Até o momento a União não se manifestou em relação ao valor de indenização da UHE Jaguari.

## 10 Investimentos

### Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas (“subsidiárias”). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

Os investimentos detidos por outros investidores nas controladas da VTRM são classificados como acionista não controlador no Patrimônio Líquido.

### Impairment de investimentos (ágio)

Os investimentos são testados anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizados pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. O valor do investimento é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste de *impairment*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi concluída a revisão da mensuração do valor recuperável dos ativos, com base nas premissas detalhadas abaixo, e não foram identificados indicativos de *impairment*.

### Premissas utilizadas no teste de *impairment* – *Ágio Ventos de Santo Estevão Holding*

O ágio registrado refere-se à Autorização Aneel e ao *Power Purchase Agreement* (Nota 12). O cálculo do valor justo da controlada Estevão Holding foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2021. Considerou-se taxa de desconto em termos nominais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC, 5,91% a.a..

#### Araripe III

Item	Premissas
Premissa geral	Foram considerados o Forecast 2021-2049 fornecido pela Companhia; Negócios: as projeções foram efetuadas para cada SPE até o final do período de autorização emitida pela ANEEL, sem renovação ao final do período.
Receitas brutas	Para cada SPE: Receita bruta = volume de energia x preço médio; Volumes: considerou-se a produção anual certificada com probabilidade de ocorrência maior ou igual a 50%
Impostos e deduções	Foram projetados com base nas alíquotas do regime de lucro presumido.
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média de 4% aa
Opex	Foram considerados 100% fixos com a receita, variando somente com inflação projetada.
Capex	Projeção capex imobilizado e intangível: considerou-se somente o orçamento da administração;

### Premissas utilizadas no teste de *impairment* – *Ágio CESP*

O ágio registrado refere-se aos ativos imobilizados da CESP das classes Terras e terrenos, Edificações, Obras civis e benfeitorias e Reservatórios, barragens e adutoras. O cálculo do valor justo da controlada CESP foi baseado no método do fluxo de caixa descontado (“DCF”), na data-base de 30 de setembro de 2021. Considerou-se taxa de desconto em termos nominais, com efeitos inflacionários, calculada com base na metodologia do WACC, 5,91% a.a..

#### CESP

Item	Premissas
Premissa geral	Projeções preparadas com base no plano de negócios fornecido pela administração da CESP, considera cenário mais provável na visão da administração; Negócios: foram considerados os negócios existentes (crescimento orgânico, sem aquisições), somente relacionados ao contrato de concessão atualmente vigente e firmado pela CESP (34,3 anos), sem prorrogação ou perpetuidade.
Receitas brutas	Receita bruta = volume de energia x preço de energia. Volumes: considerou-se somente a garantia física, líquida do efeito do GSF e perdas (3,02%) IRCS: considerou-se regime de lucro real, com base em alíquota de 34% e prejuízos fiscais; Projetados com base nas alíquotas sobre as receitas brutas (média histórica): – PIS / COFINS: 9,25%
Impostos e deduções	– P&D: 1,0% – Compensação Financeira (CFURH): 7,0% – Reserva Global de Reversão (RGR): 2,5% – Taxa de Fiscalização (TFSEE): 0,4%
Depreciação	Ativos existentes e novos: considerou-se taxa média contábil, (média histórica), considerou-se depreciação e amortização linear. Foram segregadas em despesas fixas e variáveis na data-base conforme análise do histórico e natureza de cada conta;
Opex	Compra de energia: projetada conforme contratos existentes e a exposição de energia adicional necessária, conforme premissas fornecidas pela administração da CESP.
Capex	O montante total projetado foi alocado entre imobilizado e intangível com base na média histórica dos saldos das contas de imobilizado e intangível.

**(a) Composição**

	Informações em 31 de dezembro de 2021				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2021	2020	2021	2020
<b>Controladora</b>								
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial</b>								
<b>Controladas</b>								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	444.388	(128.726)	100,00	100,00	(128.726)	(37.659)	444.388	540.364
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	303.310	26.323	100,00	100,00	26.323	19.463	303.310	321.448
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	87.050	(2.376)	100,00	100,00	(2.376)	(2.474)	87.050	46.699
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (i)	100.017	(812)	51,00	100,00	(812)	(25)	100.017	551
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	93.664	(1.355)	100,00	100,00	(1.355)	(8)	93.664	456
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. (i)	28.626	(321)	51,00	100,00	(321)	(9)	28.626	406
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	253	(86)	100,00	100,00	(86)	(11)	253	340
MRTV Comercializadora de Energia Ltda.	994	(5)	100,00	100,00	(5)	-	994	-
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A. (ii)	39.701	(931)	50,00	50,00	(417)	-	19.851	-
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A. (ii)	39.504	(834)	50,00	50,00	(369)	-	19.752	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A. (ii)	39.561	(938)	50,00	50,00	(433)	-	19.781	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (ii)	39.702	(776)	50,00	50,00	(341)	-	19.851	-
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A. (ii)	39.556	(798)	50,00	50,00	(362)	-	19.778	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A. (ii)	39.626	(767)	50,00	50,00	(353)	-	19.814	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A. (ii)	39.432	(855)	50,00	50,00	(400)	-	19.716	-
SF Ninety Two Participações Societárias S.A.	-	-	-	-	-	(393)	-	-
Jaíba V Holding S.A.	41.870	-	100,00	100,00	-	-	41.870	-
Hélios V Geração de Energia Ltda.	1	-	99,90	99,90	-	-	1	-
CESP - Companhia Energética de São Paulo	7.583.562	440.827	40,01	93,50	176.358	692.439	3.033.865	2.882.902
<b>Ágio</b>								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.					(5.760)	(5.758)	93.040	98.800
CESP - Companhia Energética de São Paulo					(11.683)	(11.613)	39.822	51.505
					<u>48.882</u>	<u>653.952</u>	<u>4.405.443</u>	<u>3.943.471</u>

- (i) Conforme descrito no item 1.1.1 (f), houve a alienação de participação dessas investidas, porém cláusulas contratuais garantem à Companhia o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidados em 100%.
- (ii) Empresas adquiridas no mês de junho de 2021 conforme reestruturação societária dos complexos Piauí II e III descrita da NE 1.1.2 (b), motivo pelo qual não possuem saldo comparativo de equivalência e de saldo de investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial de 2021 reflete o período de aquisição das investidas.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Movimentação**

	Nota	Controladora	
		2021	2020
Saldo no início do exercício		3.943.471	3.866.214
Equivalência patrimonial		48.882	653.952
Ajuste de avaliação patrimonial de remensuração de benefícios de aposentadoria da CESP		207.820	(394.188)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos da CESP e CESP Comercializadora		24.914	(35.162)
Perda na participação de investida (i)		(1.630)	-
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Investimento na CESP		-	1.429.188
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A. - Ágio da CESP		-	30.582
Incorporação SF Ninety Two Participações Societárias S.A.		-	(1.401.107)
Aquisição de investimento Jalba V Holding S.A.	1.1.2 (e)	39.873	-
Aquisição dos complexos eólicos VDP II e VDP III		-	1.799
Aumento de capital em controladas - via transferência bancária	1.1.2 (b)	282.678	48.452
Aumento de capital em controladas - via transferência de ativos	1.1.2 (b)	192.781	-
Cisão parcial em controlada	1.1.2 (a)	(32.384)	-
Deliberação de dividendos adicionais CESP	1.1.2 (f)	(102.572)	-
Deliberação de dividendos adicionais Ventos de São Vicente	1.1.2 (g)	(38.210)	(14.780)
Deliberação de dividendos mínimos obrigatórios CESP		(153.929)	(181.716)
Deliberação de dividendos mínimos obrigatórios Ventos de São Vicente		(6.251)	(4.622)
Juros sobre capital próprio destacados pela CESP		-	(55.878)
Outros		-	737
Saldo no final do exercício		4.405.443	3.943.471

(i) Perda na variação de participação decorrentes de movimentação de ações em tesouraria na controlada CESP.

**11 Imobilizado****Política contábil**

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

A controlada CESP adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das Demonstrações Contábeis para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido da CESP.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

**(a) Composição e movimentação**

	Controladora										Consolidado		
	2021	2020									2021	2020	
	Obras em andamento	Obras em andamento	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Aerogeradores	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício													
Custo	159.969	-	273.472	2.068.885	2.525.716	8.069.394	2.738.398	206.010	6.984	5.179	179.970	16.074.008	15.920.554
Depreciação acumulada	-	-	(15.921)	(1.440.742)	(1.579.669)	(3.862.435)	(434.304)	(36.333)	(4.885)	(2.966)	-	(7.377.255)	(6.907.458)
Ajuste a valor a justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	-	-	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	-	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	-	-	(55.414)	-	(63.380)	58.638	-	-	-	-	-	(60.156)	(31.066)
Saldo líquido no início do exercício	159.969	-	1.061.061	628.143	1.195.286	3.282.875	2.304.094	169.677	2.099	2.213	179.970	8.825.418	9.170.851
Adições (i)	3.759	159.969	-	-	675	-	-	49.858	-	-	723.336	773.869	176.001
Baixa	-	-	(4)	(2.651)	(5.510)	-	-	-	-	-	(1.655)	(9.820)	(10.365)
Depreciação	-	-	(5.760)	(51.336)	(44.790)	(223.708)	(118.685)	(16.338)	(442)	(139)	-	(461.198)	(469.797)
Amortização de ajuste a valor justo	-	-	(28.316)	-	(25.757)	24.874	-	-	-	-	-	(29.199)	(29.090)
Reversão (provisão) de impairment (Nota 11(c))	-	-	-	-	-	50.932	-	-	-	-	-	50.932	7.589
Transferências (ii)	(160.397)	-	-	265	15.302	-	-	-	-	-	(176.800)	(161.233)	(19.771)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	(7.679)	(808)	-	-	-	-	-	-	-	(8.487)	-
	3.331	159.969	1.019.302	573.613	1.135.206	3.134.973	2.185.409	203.197	1.657	2.074	724.851	8.980.282	8.825.418
Custo	3.331	159.969	265.789	2.065.691	2.536.183	8.120.326	2.738.398	255.868	6.984	5.179	724.851	16.719.269	16.074.008
Depreciação acumulada	-	-	(21.681)	(1.492.078)	(1.624.459)	(4.086.143)	(552.989)	(52.671)	(5.327)	(3.105)	-	(7.838.453)	(7.377.255)
Ajuste a valor a justo de imobilizado na alocação de preço de compra - CESP	-	-	858.924	-	312.619	(982.722)	-	-	-	-	-	188.821	188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	-	-	(83.730)	-	(89.137)	83.512	-	-	-	-	-	(89.355)	(60.156)
Saldo líquido no final do exercício	3.331	159.969	1.019.302	573.613	1.135.206	3.134.973	2.185.409	203.197	1.657	2.074	724.851	8.980.282	8.825.418
Taxas médias anuais de depreciação - %			3	3	5	2	5	10	20	20			

- (i) Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados no imobilizado durante o exercício, representou o montante de R\$ 28.413. Não houve capitalização de juros no período comparativo.
- (ii) A VTRM transferiu o montante de R\$ 160.397 de seu ativo imobilizado em andamento, sob a forma de aporte de capital, para as empresas controladas de Piauí II e III, conforme nota 1.1.2 (b), o montante de R\$ 836 são transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível, totalizando R\$ 161.233 de transferências no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(b) Obras em andamento**

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Projetos</b>		
Construção dos parques VDP II e III	680.195	161.268
Modernização	39.869	14.159
Transformador reserva	4.150	1.031
Projeto Híbrido	637	335
Projeto SAP	-	3.177
	<u>724.851</u>	<u>179.970</u>

**(c) Impairment Usinas Hidráulicas e Eólicas**

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as controladas da VTRM realizaram os devidos testes de *impairment* para cada UGC e não identificaram indícios de *impairment*. A controlada CESP identificou indícios de *impairment* em seus ativos e utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos:

**Premissas utilizadas no teste de *impairment***

O valor recuperável dos ativos imobilizados da CESP foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível de cada usina (UGC), entendido pela Administração da controlada como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela CESP, incluindo o período de prorrogação das usinas.
- (ii) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração da controlada adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão da usina de Paraibuna. No caso da usina de Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e conseqüentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
(nova denominação: Auren Energia S.A.)  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 7,46% (6,99% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), considerada pela Administração da controlada como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia.

### Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a controlada CESP comparou-o com o valor contábil das respectivas usinas. Como resultado foi constatado que para a UHE Porto Primavera houve constituição de provisão de *impairment* no montante de R\$ 299.452 referente à repactuação do risco hidrológico reconhecido no ativo intangível (Nota 12(a)) e reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 50.932 no ativo imobilizado (Nota 11(a)), totalizando o montante de R\$ 248.520, com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 26).

	Consolidado		
	2021		
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	Provisão de <i>Impairment</i>
UHE Porto Primavera	7.806.578	7.558.058	(248.520)
UHE Paraibuna	41.493	41.493	-
	7.848.071	7.599.551	(248.520)

	Consolidado		
	2020		
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	Reversão de <i>Impairment</i>
UHE Porto Primavera	7.396.316	7.403.905	7.589
UHE Paraibuna	29.674	29.674	-
	7.425.990	7.433.579	7.589

Abaixo estão demonstrados os impactos nos cenários projetados em função da variação das principais premissas de longo prazo utilizadas no teste de *impairment*:

Análise de sensibilidade	Consolidado		
GSF	-2 p.p.	Atual	+2 p.p.
<i>Impairment</i>	(351.251)	(248.520)	(145.789)
Preço de energia	-R\$ 5,00 / MWh	Atual	+R\$ 5,00 / MWh
<i>Impairment</i>	(393.075)	(248.520)	(103.965)

## 12 Intangível

### Política contábil

#### Direitos sobre recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

#### Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

#### Repactuação risco hidrológico

Risco hidrológico corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) e a garantia física total delas. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença.

A Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo que as geradoras serão compensadas por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSF (*Generation Scaling Factor* ou Fator de Ajuste do MRE das Regras de Comercialização) pós 2012, com o agravamento da crise hídrica.

Os eventos classificados como riscos não hidrológicos são, majoritariamente, os relacionados pelos empreendimentos hidrelétricos denominados “estruturantes” (UHEs Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), relacionados à antecipação de garantia física e restrições de transmissão, além da geração fora da ordem de mérito. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis, e não há previsão de pagamento de prêmio de risco.

Ao estender o prazo de concessão das geradoras hidrelétricas, uma vez que essas não estão sujeitas ao IFRIC 12 (ICPC 01) – Concessões, o Poder Concedente compensa as companhias cedendo um direito não pecuniário, em forma de extensão do prazo de concessão, com caráter de recuperação de custos incorridos a partir de 2012, reconhecido como capital despendido pela lei.

Conforme mencionado na nota 1.1.1 (b), em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021 a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), entre as quais se incluem a UHE Paraibuna e a UHE Porto Primavera, resultando no reconhecimento da repactuação do risco hidrológico no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da controlada CESP exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC- 04 (R1) - Ativo Intangível tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC - 04 (R1), o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da controlada, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE.

### Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável (*impairment*). Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Os valores registrados como ágio no momento da combinação de negócio, foram alocados nos itens Autorização Aneel e *Purchase Price Allocation*.

Conforme o CPC 01 determina, os ágios devem ser testados por recuperabilidade ao menos uma vez por ano, desta forma a Companhia adota como premissa efetuar seus testes no decorrer do quarto trimestre de cada exercício, pois este período coincide com a aprovação do planejamento estratégico dos próximos anos, o qual possui as premissas bases para a realização dos testes.

### Uso do Bem Público - UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

### **Direito de outorga**

O Decreto no 81.689, de 19 de maio de 1978, outorgou à controlada Cesp a concessão (direito de outorga) para o aproveitamento de energia hidráulica de trecho do rio Paraná, compreendido entre a Usina de Jupιά e a confluência do rio Paranapanema, nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (UHE Porto Primavera).

O Decreto no 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela Aneel e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

**(a) Composição e movimentação**

	Controladora												Consolidado	
	2021			2020			2021			2020				
	Direitos de exploração e de recursos naturais	Intangível em andamento	Total	Direitos de exploração e de recursos naturais	Direitos de exploração e de recursos naturais	Autorização ANEEL	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	Softwares	Direitos de outorga	UBP	Intangível em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício														
Custo	123.261	-	123.261	-	168.022	17.633	96.778	26.134	27.149	1.398.703	171.966	5.396	1.911.781	1.795.564
Amortização acumulada	(294)	-	(294)	-	(6.476)	(1.616)	(14.220)	(10.251)	(19.752)	(78.279)	(10.419)	-	(141.013)	(75.120)
Saldo líquido no início do exercício	122.967	-	122.967	-	161.546	16.017	82.558	15.883	7.397	1.320.424	161.547	5.396	1.770.768	1.720.444
Adições (i)	87.665	74.637	162.302	123.261	87.665	-	-	781.974	-	-	11.153	75.427	956.219	126.140
Amortização	(3.521)	-	(3.521)	(294)	(4.801)	-	-	(34.693)	(4.375)	(46.623)	(5.763)	-	(96.255)	(60.264)
Amortização de ágio	-	-	-	-	-	(564)	(5.196)	-	-	-	-	-	(5.760)	(5.758)
Provisão de impairment	-	-	-	-	-	-	-	(299.452)	-	-	-	-	(299.452)	(9.794)
Empresas adquiridas incluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.076	40.076	-
Transferências (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.016	-	-	(3.180)	836	-
Saldo final do exercício	207.111	74.637	281.748	122.967	244.410	15.453	77.362	463.712	7.038	1.273.801	166.937	117.719	2.366.432	1.770.768
Custo	210.926	74.637	285.563	123.261	255.687	17.633	96.778	508.656	31.165	1.398.703	183.119	117.719	2.609.460	1.911.910
Amortização acumulada	(3.815)	-	(3.815)	(294)	(11.277)	(2.180)	(19.416)	(44.944)	(24.127)	(124.902)	(16.182)	-	(243.028)	(141.142)
Saldo líquido no final do exercício	207.111	74.637	281.748	122.967	244.410	15.453	77.362	463.712	7.038	1.273.801	166.937	117.719	2.366.432	1.770.768
Taxas médias anuais de amortização - %	3			3	3			4	5	3	3			

- (i) As adições da controladora, ocorridas ao decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referem-se aos custos com os direitos adquiridos relativos à exploração de recursos renováveis do projeto Jaíba V (nota 1.1.2 (e)).
- (ii) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível.

### 13 Empréstimos e financiamentos

#### Política Contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Legenda:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

#### (a) Composição

						Controladora			
						Não circulante		2021	
Modalidade	Encargos anuais médios					Encargos	Custo de captação	Principal	Total
<b>Moeda nacional</b>									
Debêntures	CDI+1,48%					1.464	(1.790)	300.000	299.674
						1.464	(1.790)	300.000	299.674
						Consolidado		2021	
		Circulante				Não circulante			
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Custo de captação	Principal	Total	Total
<b>Moeda nacional</b>									
BNDES	TJLP+2,53%	5.433	(7.217)	101.861	100.077	(66.333)	1.521.611	1.455.278	1.555.355
BNDES	TLP+4,56%	-	(72)	198	126	(18.824)	568.641	549.817	549.943
Debêntures	IPCA+4,61% / CDI+ 1,56%	38.011	(6.256)	77.001	108.756	(46.517)	2.543.337	2.496.820	2.605.576
		43.444	(13.545)	179.060	208.959	(131.674)	4.633.589	4.501.915	4.710.874

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

									Consolidado
									2020
		Circulante				Não circulante			
Modalidade	Encargos anuais médios	Encargos	Custo de captação	Principal	Total	Custo de captação	Principal	Total	Total
<b>Moeda nacional</b>									
BNDES	TJLP+2,54%	5.210	(7.214)	100.244	98.240	(73.517)	1.621.711	1.548.194	1.646.434
Debêntures	IPCA+4,62% / CDI+1,64%	32.464	(6.257)	4.530	30.737	(50.983)	2.123.500	2.072.517	2.103.254
		<u>37.674</u>	<u>(13.471)</u>	<u>104.774</u>	<u>128.977</u>	<u>(124.500)</u>	<u>3.745.211</u>	<u>3.620.711</u>	<u>3.749.688</u>

**(b) Perfil de vencimento**

										Consolidado
Modalidade	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
<b>Moeda nacional</b>										
BNDES - TJLP+2,53%	100.077	104.267	107.964	112.410	116.856	130.181	150.874	166.120	566.606	1.555.355
BNDES - TLP+4,56%	126	19.337	24.963	24.963	24.963	24.963	24.963	24.963	380.702	549.943
Debêntures - IPCA+4,61% / CDI+1,64%	108.756	71.148	500.818	81.047	6.531	6.530	577.460	577.460	675.826	2.605.576
	<u>208.959</u>	<u>194.752</u>	<u>633.745</u>	<u>218.420</u>	<u>148.350</u>	<u>161.674</u>	<u>753.297</u>	<u>768.543</u>	<u>1.623.134</u>	<u>4.710.874</u>
	<u>4,44%</u>	<u>4,13%</u>	<u>13,45%</u>	<u>4,64%</u>	<u>3,15%</u>	<u>3,43%</u>	<u>15,99%</u>	<u>16,31%</u>	<u>34,46%</u>	<u>100,00%</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Movimentação**

	Controladora	Consolidado	
	2021	2021	2020
Saldo no início do exercício	-	3.749.688	3.790.782
Captações	300.000	838.860	1.501.290
Provisão de juros	1.464	254.894	227.464
Atualização monetária	-	200.852	60.054
Apropriações de custos de captações	-	13.739	26.333
Adição do custo de captação	(1.790)	(20.988)	(51.210)
Juros pagos	-	(221.180)	(208.973)
Liquidações	-	(104.991)	(1.596.052)
Saldo no final do exercício	<u>299.674</u>	<u>4.710.874</u>	<u>3.749.688</u>

**(d) Captações**

Por meio de captações de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar o fluxo de caixa para a construção dos parques eólicos.

As principais captações efetuadas no exercício foram as seguintes:

Data	Empresa	Modalidade	Vencimento	Moeda	Valor	Custo
ago/2021	Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A	BNDES TLP	2045	BRL	59.500	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	60.500	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	57.550	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	67.600	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	48.100	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	59.450	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	51.700	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	43.850	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	42.900	IPCA + 4,56%
ago/2021	Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	BNDES TLP	2045	BRL	45.850	IPCA + 4,56%
dez/2021	VTRM Energia Participações S.A.	Debêntures	2024	BRL	300.000	CDI + 1,48%

**(e) Garantias**

Controlada	Modalidade	Garantia
Piauí I	BNDES	Garantia Votorantim S.A. <sup>(i)</sup> e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Piauí I	Debêntures	Garantia Votorantim S.A.
Piauí II e III	BNDES	Garantia Votorantim S.A. <sup>(i)</sup> e VTRM Energia Participações S.A. Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	BNDES	Garantia Votorantim S.A. <sup>(i)</sup> e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Repassé BNDES	Garantia VTRM Energia Participações S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Araripe III	Debêntures	Garantia SPEs <sup>(ii)</sup> ; Fiança bancária <sup>(i)</sup> ; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
CESP	Debêntures	Cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (i)** Garantias serão liberadas após o cumprimento de determinadas obrigações previstas nos contratos.  
**(ii)** Empresas que formam o complexo eólico Ventos do Araripe III.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(f) Condições restritivas**

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas controladas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme último período de apuração.

A Administração das controladas da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

Dentre as cláusulas supramencionadas, há a necessidade de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo em valor igual ou superior a 1,20, considerando os valores consolidados do período acumulado de 12 meses, apurados anualmente em dezembro. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Santo Estevão obteve *wavier* dos credores pelo não atingimento do ICSD, ocasionado, substancialmente, pelo incidente mencionado na Nota 1.1.1 (a).

A controlada CESP possui contratos de dívida (debêntures) sem covenants (cláusulas restritivas) financeiros, normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Porém, outras cláusulas restritivas constantes da Escritura de Emissão são constantemente monitoradas. As obrigações decorrentes das debêntures, incluindo as obrigações pecuniárias, poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia resultar em um impacto adverso no fluxo de caixa da controlada. Em 31 de dezembro de 2021, a controlada CESP reconheceu o montante de R\$ 22.500 na rubrica de Outros Passivos em contrapartida com as Despesas financeiras (Nota 27), em decorrência da antecipação de prêmio para obtenção de anuência dos debenturistas da 12ª emissão em relação a reorganização societária atualmente em curso e já mencionada na Nota Explicativa 1.1.1 (g).

**14 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>				
Energia comprada para revenda (i)	-	-	105.398	74.287
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 23) (i)	-	-	2.770	2.348
Fornecedores de materiais e serviços	3.910	1.231	88.167	15.152
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 23)	1.155	720	1.950	1.058
Aquisição de projetos e investimentos	3.081	35.593	3.081	35.593
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	-	-	24.212	19.496
	<u>8.146</u>	<u>37.544</u>	<u>225.578</u>	<u>147.934</u>
<b>Não circulante</b>				
Aquisição de projetos e investimentos	74.216	41.538	74.216	41.538
	<u>74.216</u>	<u>41.538</u>	<u>74.216</u>	<u>41.538</u>
	<u>82.362</u>	<u>79.082</u>	<u>299.794</u>	<u>189.472</u>

**(i)** Refere-se a contratos de energia comprada para revenda, para o equilíbrio do balanço energético, face a revisão de garantia física das usinas da CESP, conforme Portaria MME nº 178/2017.

**(ii)** Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição – TUST/TUSD, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.896 de 13 de julho de 2021.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

As controladas de Piauí I, II e III e Araripe III, exceto Ventos de São Vicente Participações de Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A., optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

### (a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.370	629.429	592.854	191.699
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(20.186)	(214.006)	(201.570)	(65.178)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	16.620	222.344	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos (Nota 15(b))	-	-	-	1.513.477
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(294)	3.543	(17.560)	(7.110)
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	129	1.272	(20.081)	3.049
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(44.207)	(12.053)
Incentivo fiscal	16	-	434	51.000
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	3.084	(17.773)	1.776	(24.414)
IRPJ e CSLL apurados	(631)	(4.620)	(281.208)	1.458.771
Correntes	50	(8.236)	(40.325)	(47.049)
Diferidos	(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
IRPJ e CSLL no resultado	(631)	(4.620)	(281.208)	1.458.771
Taxa efetiva %	(1,06%)	(0,73%)	(47,43%)	760,97%

**(b) Composição dos saldos de impostos diferidos**

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2021 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias da CESP estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da controlada para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções com o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico (PE) que demonstra que a CESP gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa são recuperados em sua totalidade até 2036.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Prejuízos fiscal e base negativa	-	-	1.035.256	1.040.974
Provisão <i>impairment</i>	-	-	588.560	508.951
Provisão ativo regulatório	-	-	461.031	461.031
Provisão para processos judiciais	-	-	451.982	594.407
Atualização de benefícios pós-emprego	-	-	74.085	-
Contratos futuros de energia	-	-	2.790	7.291
<i>Hedge accounting</i>	-	-	4.318	3.355
Outras provisões	-	-	72.149	78.745
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidrológico	-	-	(254.587)	-
Atualização de saldo de depósitos judiciais	-	-	(18.291)	(66.781)
Reconhecimento e realização de ágio	(14.136)	(17.512)	(34.445)	(43.779)
Alienação de investidas	(4.057)	-	(4.774)	-
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios de pós-emprego (i)	-	-	532.985	820.209
Custo atribuído de imobilizado	-	-	458.615	473.762
<i>Hedge accounting</i>	-	-	-	32.082
Líquido	<u>(330.998)</u>	<u>(330.317)</u>	<u>3.056.869</u>	<u>3.597.442</u>
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	-	-	3.408.893	3.954.680
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	<u>(330.998)</u>	<u>(330.317)</u>	<u>(352.024)</u>	<u>(357.238)</u>

- (i) Tais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal do negócio.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	(330.317)	(167.133)	3.597.442	1.510.938
Efeitos no resultado	(681)	3.616	(240.883)	1.505.820
Efeitos no resultado abrangente				
<i>Hedge accounting</i>	-	-	(32.082)	45.237
Entidade de previdência à empregados	-	-	(267.608)	535.447
Efeitos no patrimônio - Incorporação SF92	-	(166.800)	-	-
Saldo no final do exercício	(330.998)	(330.317)	3.056.869	3.597.442

**(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Consolidado							Total
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	2027 e 2028	2029 e 2030	2031 a 2036	A partir de 2037	
<b>Realização de diferido com efeito em resultado</b>								
Créditos tributários sobre diferenças temporárias								
Prejuízo fiscal e base negativa	-	140.393	102.542	193.875	174.958	423.488	-	1.035.256
Provisão para <i>impairment</i> - CPC 01	17.159	34.318	34.318	34.318	34.318	102.955	331.174	588.560
Provisão ativo regulatório	-	107.489	124.636	146.392	82.514	-	-	461.031
Provisão para litígios	13.194	199.082	239.706	-	-	-	-	451.982
Atualização de benefícios pós-emprego	74.085	-	-	-	-	-	-	74.085
Contratos futuros de energia	2.790	-	-	-	-	-	-	2.790
<i>Hedge accounting</i> operacional	4.318	-	-	-	-	-	-	4.318
Outras provisões	20.869	27.361	8.356	7.566	2.940	1.165	3.892	72.149
Débitos tributários sobre diferenças temporárias								
Repactuação de risco hidrológico	(12.537)	(14.559)	(14.559)	(14.559)	(14.559)	(43.678)	(140.136)	(254.587)
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(534)	(8.056)	(9.701)	-	-	-	-	(18.291)
Reconhecimento e realização de ágio	(10.137)	(19.276)	(18.278)	(17.137)	(5.775)	13.338	22.820	(34.445)
Alienação de investidas	(108)	(474)	(978)	(1.206)	(1.174)	(834)	-	(4.774)
	109.099	466.278	466.042	349.249	273.222	496.434	217.750	2.378.074
<b>Realização de diferido da reserva do PL com efeito em resultado</b>								
Custo atribuído de imobilizado	15.140	30.280	30.280	30.280	30.280	90.840	231.515	458.615
	15.140	30.280	30.280	30.280	30.280	90.840	231.515	458.615
	124.239	496.558	496.322	379.529	303.502	587.274	449.265	2.836.689

Os demais saldos de impostos diferidos, de acordo com a Administração da Companhia, não possuem previsibilidade estimada de realização e irão ocorrer no curso normal do negócio.

**16 Contratos futuros de energia****Política contábil**

A controlada indireta CESP Comercializadora, realiza operações de comercialização, sendo essas transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que são celebrados, e reavaliados a valor justo na data do balanço, com contrapartida em outras receitas e despesas operacionais. Conforme mencionado na nota 2.4, a partir de junho de 2021, a Companhia passou a mensurar a valor justo toda a sua carteira de contratos, que anteriormente era limitada àqueles com prazo de até 36 meses.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

**(a) Composição**

	Consolidado					
	2021			2020		
	Ativo	Passivo	Total	Ativo	Passivo	Total
Circulante	270.815	(282.619)	(11.804)	103.139	(120.475)	(17.336)
Não circulante	341.292	(337.697)	3.595	25.297	(29.405)	(4.108)
	612.107	(620.316)	(8.209)	128.436	(149.880)	(21.444)

**(b) Movimentação**

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Saldo líquido inicial do exercício</b>	(21.444)	-
Marcação a mercado dos contratos de energia	(74.561)	7.313
Realização	87.796	(28.757)
<b>Saldo líquido final do exercício</b>	(8.209)	(21.444)

**17 Encargos setoriais**

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Circulante</b>		
P&D - Projetos (i)	11.346	65.699
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	6.440	8.580
Quotas para P&D - FNDCT (ii)	1.039	969
Quotas para P&D - MME (ii)	520	490
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	444	620
Quotas para P&D - CDE (ii)	312	-
Reserva Global de Reversão - RGR	69	149
	20.170	76.507
<b>Não Circulante</b>		
P&D - Projetos (i)	-	1.240
	-	1.240
	20.170	77.747

- (i) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.
- (ii) Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para o Ministério de Minas e Energia-MME, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000; e para Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme mencionado na nota 7.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 18 UBP – Uso do Bem Público

### Política contábil

De acordo com o contrato de concessão de UBP que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a CESP tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

### Composição e movimentação

	Consolidado		
	2021		
	UBP	(-) Ajuste a valor presente	Passivo Líquido
Saldo inicial do exercício	167.948	(12.584)	155.364
Realização do ajuste a valor presente	-	5.631	5.631
Reavaliação do fluxo de desembolso	14.754	(3.601)	11.153
Pagamentos	(42.155)	-	(42.155)
Saldo final do exercício	140.547	(10.554)	129.993
	42.462	-	42.462
Circulante	98.085	(10.554)	87.531
Não circulante	140.547	(10.554)	129.993
	Consolidado		
	2020		
	UBP	(-) Ajuste a valor presente	Passivo Líquido
Saldo inicial do exercício	212.308	(24.678)	187.630
Realização do ajuste a valor presente	-	6.791	6.791
Reavaliação do fluxo de desembolso	(15.097)	5.303	(9.794)
Pagamentos	(29.263)	-	(29.263)
Saldo final do exercício	167.948	(12.584)	155.364
	41.307	-	41.307
Circulante	126.641	(12.584)	114.057
Não circulante	167.948	(12.584)	155.364

## 19 Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos

### Política contábil

#### Obrigações socioambientais

Na controlada CESP, os custos socioambientais relativos à Licença de Operação nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

### Obrigações com desmobilização de ativos

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

### Composição e movimentação

	Consolidado					
	2021					
	Desmobilização de ativos	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Total
Saldo no início do exercício	721.998	163.734	52.464	6.055	(680.438)	263.813
Adições	-	64.891	7.607	-	(15.033)	57.465
Pagamentos	-	(11.133)	(6.155)	(3)	-	(17.291)
Realização do ajuste a valor presente	-	-	-	-	10.354	10.354
Saldo no final do exercício	721.998	217.492	53.916	6.052	(685.117)	314.341
Circulante	-	30.958	7.055	6.052	-	44.065
Não circulante	721.998	186.534	46.861	-	(685.117)	270.276
	721.998	217.492	53.916	6.052	(685.117)	314.341

	Consolidado					
	2020					
	Desmobilização de ativos	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Total
Saldo no início do exercício	721.998	181.831	52.742	6.055	(697.421)	265.205
Adições	-	-	4.206	-	-	4.206
Reversões	-	(12.937)	-	-	3.164	(9.773)
Pagamentos	-	(5.160)	(4.484)	-	-	(9.644)
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	13.819	13.819
Saldo no final do exercício	721.998	163.734	52.464	6.055	(680.438)	263.813
Circulante	-	22.901	5.522	6.055	-	34.478
Não circulante	721.998	140.833	46.942	-	(680.438)	229.335
	721.998	163.734	52.464	6.055	(680.438)	263.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 20 Provisão de ressarcimento

### Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

#### (a) Ressarcimento anual

**Contratos LER:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

**Contratos LEN:** Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano de atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

#### (b) Ressarcimento quadrienal

**Contratos LER:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Contratos LEN:** Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

**(c) Composição e movimentação**

	Consolidado		
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	2021
Saldo no início do exercício	64.582	76.221	140.803
Adições (i)	148.447	70.187	218.634
Reversões	(8.738)	(17.705)	(26.443)
Realizações	533	-	533
	140.242	52.482	192.724
Saldo no final do exercício	204.824	128.703	333.527
Circulante	204.824	120.733	325.557
Não circulante	-	7.970	7.970
	204.824	128.703	333.527

	Consolidado		
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	2020
Saldo no início do exercício	8.583	40.622	49.205
Adições (i)	57.852	41.966	99.818
Realizações	(1.853)	(6.367)	(8.220)
	55.999	35.599	91.598
Saldo no final do exercício	64.582	76.221	140.803
Circulante	64.582	-	64.582
Não circulante	-	76.221	76.221
	64.582	76.221	140.803

(i) O aumento das adições refere-se substancialmente ao incidente do Trafo mencionado na nota 1.1.1 (a).

**21 Provisões**

**Política contábil**

As controladas, substancialmente a CESP, possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. As provisões cuja probabilidade de perda é classificada como possível ou remota não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

**(a) Composição e movimentação**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2021</b>				
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Ambientais</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do exercício	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306
Atualizações	160.708	5.595	1.132	81	167.516
Provisão / (reversão)	(476.717)	(4.764)	54.611	1.177	(425.693)
(-) Pagamentos	(135.426)	(22.115)	(3.021)	(155)	(160.717)
Saldo no final do exercício	1.164.728	92.104	66.909	5.671	1.329.412

	<b>Consolidado</b>				
	<b>2020</b>				
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Ambientais</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do exercício	1.226.716	138.597	443.627	5.435	1.814.375
Atualizações	260.006	16.923	38.339	489	315.757
Provisão / (reversão)	202.164	(1.925)	(465.622)	(1.212)	(266.595)
(-) Pagamentos	(72.723)	(40.207)	(2.157)	(144)	(115.231)
Saldo no final do exercício	1.616.163	113.388	14.187	4.568	1.748.306

O contencioso passivo é objeto de variações constantes, porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

A variação no contencioso cuja avaliação de probabilidade de perda é considerada como provável, foi decorrente principalmente da revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos, acordos judiciais e decisões ocorridas no exercício. Os destaques no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram os acordos referentes à ação dos Oleiros Ceramistas de Panorama, que era individualmente, o principal processo da carteira da controlada CESP.

**(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível nos quais a Companhia e suas controladas estão envolvidas, para os quais não há qualquer provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cíveis	1.307.288	2.242.308
Tributárias	436.983	453.415
Ambientais	347.162	165.839
Trabalhistas	51.404	51.672
	<u>2.142.837</u>	<u>2.913.234</u>

A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas Demonstrações Financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

#### **Ações Cíveis**

A controlada CESP é parte em ações de natureza cível, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP.

Atualmente, a controlada CESP está envolvida em 151 ações judiciais classificadas como cíveis cuja expectativa de perda é considerada possível, totalizando R\$ 1.307.272 (R\$ 2.242.308 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados neste prognóstico.

#### **Ações Tributárias**

As controladas dos parques eólicos de Araripe III possuem ações judiciais tributárias com expectativa de perda possível no montante de R\$ 976 em 31 de dezembro de 2021.

A controlada CESP possui o total de 122 ações judiciais tributárias com expectativa de perda considerada possível em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 436.007 (R\$ 453.415 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados neste prognóstico.

#### **Ações Ambientais**

A controlada CESP é parte em ações de natureza ambiental, as quais tem como objeto, via de regra, discussões relativas a medidas reparatórias de danos ambientais, sobretudo em razão do alto impacto ambiental dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da controlada CESP. Atualmente, a controlada CESP está envolvida em 541 ações judiciais ambientais cuja expectativa de perda é considerada possível, totalizando R\$ 344.340 (R\$ 163.114 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados nestes prognósticos.

#### **Reclamações trabalhistas**

A controlada CESP é parte em ações de natureza trabalhista, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas as responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros. A controlada possui o total 120 processos com prognóstico de perda possível, totalizando R\$ 51.404 (R\$ 51.672 em 31 de dezembro de 2020) contingenciados neste prognóstico.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 22 Benefícios pós-empregado

A controlada CESP patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de Benefício Definido (BD) e, também, de Contribuição Definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante da controlada CESP é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

### Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

### Plano de migração CESP e equacionamento do déficit

O equacionamento de déficit apurados na avaliação atuarial regulada pela PREVIC é efetuado de forma independente entre os subplanos, aplicando-se a cada um deles as determinações da Resolução CNPC Nº30/2018.

Visando mitigar os riscos atuais e futuros do plano, foi submetido para aprovação da PREVIC em 11 de janeiro de 2021 o processo de saldamento e migração do Plano PSAP/CESP B1.

No processo de saldamento, que impacta apenas os participantes ativos e autopatrocinados, os benefícios já acumulados no plano são preservados e a acumulação futura é interrompida. Ou seja, não haverá mais novas contribuições para formação de benefício nos subplanos Benefício Definido (BD) e Contribuição Variável (CV) do PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que esse processo não impacta os benefícios que são pagos aos aposentados e pensionistas pelo plano, cujo direito adquirido está preservado.

Já a migração, é a oportunidade que os participantes têm de transferir seus recursos do PSAP/CESP B1, que é um plano de benefício definido – BD, para o Plano CESP CD, que é um plano de contribuição definida. Apesar de o saldamento ocorrer apenas para os participantes ativos, a migração para o Plano CESP CD será aberta para todos os participantes do Plano PSAP/CESP B1. É importante ressaltar que a migração será voluntária e só ocorrerá durante o período de migração. Os participantes que não optarem pela migração permanecerão sob as regras e condições do PSAP/CESP B1, portanto recebendo uma renda vitalícia previamente definida. Os participantes que optarem pela migração deixam de ter o benefício da renda vitalícia e passam a ter uma renda financeira equivalente ao valor de sua reserva migrada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia PREVIC após conclusão das medidas mitigatórias, como, por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida.

### Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

#### Premissas atuariais

	2021			2020		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
<b>Premissas:</b>						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	8,68%	8,68%	8,68%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	8,68%	8,68%	8,68%	6,56%	6,56%	6,56%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	5,26%	5,26%	5,26%	3,21%	3,21%	3,21%
Taxa de crescimento salarial	Eliminada devido ao saldamento			NA	4,28%	4,28%
Taxa de inflação de longo prazo	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	Eliminada devido ao saldamento			Experiência Vinvest		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%			LIGHT-FRACA SUAVIZADA EM 30%		
Tábua de mortalidade de inválidos	10%			AT - 1949		
<b>Quantidade de participantes:</b>						
Nº de participantes ativos	62	155	87	58	145	137
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	4.307	1.935	1.037	4.379	1.916	1.015
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	148	65	25	156	69	26
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.227	231	84	1.154	205	75
Nº de participantes BPDs aguardando	23	74	25	-	-	-

#### Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A controlada CESP reconhece os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

#### Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

#### Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os autos patrocinados estão incluídos entre os participantes.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência da controlada CESP.

### Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	6.421.859	1.017.539	142.799	7.582.197
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	6.953.078	1.123.809	159.993	8.236.880

Fluxos de caixa projetados	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	57.604		1.664	59.268
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2022	611.861	76.367	13.379	701.607
2023	621.375	78.643	13.717	713.735
2024	630.013	81.184	13.981	725.178
2025	637.616	83.551	14.352	735.519
2026	643.989	86.076	14.663	744.728
2027 a 2031	3.260.708	467.303	78.289	3.806.300

Valor justo dos ativos do plano de benefícios	Consolidado					
	BSPS		BD		CV	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>						
Disponível	-	551	-	144	-	113
Recebível	579.328	1.362	149	1	10.438	-
Investimento	5.199.132	5.307.713	986.255	996.570	131.406	136.631
	5.778.460	5.309.626	986.404	996.715	141.844	136.744
<b>Passivos</b>						
Obrigações	(142.279)	(140.943)	(4.900)	(4.556)	(1.020)	(754)
Fundos não previdenciais	(1.760)	(3.656)	-	-	-	-
Saldos de conta CD	-	-	7.421	-	(21.406)	(28.259)
<b>Valor justo</b>	<b>5.634.421</b>	<b>5.165.027</b>	<b>974.083</b>	<b>992.159</b>	<b>119.418</b>	<b>107.731</b>

#### (a) Conciliação dos ativos e passivos

	Consolidado	
	2021	2020
Valor da obrigação atuarial líquida	7.897.265	8.449.397
Valor justo dos ativos dos planos	(6.111.766)	(6.037.018)
<b>Total do passivo líquido</b>	<b>1.785.499</b>	<b>2.412.379</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Demonstração do passivo atuarial**

	Consolidado			
	2021			
	BSPS	BD	CV	Total
<b>Saldo inicial do valor presente das obrigações</b>	7.145.620	1.131.378	172.399	8.449.397
Custo do serviço corrente (c)		1.564	188	1.752
Custo do serviço passado		1.861		1.861
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	451.340	72.250	10.982	534.572
Contribuições de participantes		1.179		1.179
Benefícios pagos pelo plano	(529.866)	(63.747)	(10.487)	(604.100)
(Ganhos) /perdas atuariais (d)	(389.199)	(76.142)	(22.055)	(487.396)
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>6.677.895</b>	<b>1.068.343</b>	<b>151.027</b>	<b>7.897.265</b>
<b>Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(4.994.967)</b>	<b>(947.860)</b>	<b>(94.191)</b>	<b>(6.037.018)</b>
Juros sobre ativos do plano (c)	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)
Contribuições de participantes		(1.179)		(1.179)
Contribuições do patrocinador		(527)	(1.006)	(1.533)
Benefícios pagos pelo plano	529.866	63.747	10.487	604.100
Rendimento dos ativos do plano (d)	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)
<b>Valor justo dos ativos dos planos</b>	<b>(5.032.732)</b>	<b>(972.822)</b>	<b>(106.212)</b>	<b>(6.111.766)</b>
<b>Total do passivo líquido</b>	<b>1.645.163</b>	<b>95.521</b>	<b>44.815</b>	<b>1.785.499</b>

	Consolidado			
	2020			
	BSPS	BD	CV	Total
<b>Saldo inicial do valor presente das obrigações</b>	5.623.274	911.823	130.716	6.665.813
Custo do serviço corrente (c)		(667)	178	(489)
Juros sobre a obrigação atuarial (c)	388.022	63.703	9.082	460.807
Contribuições de participantes		2.468		2.468
Benefícios pagos pelo plano	(436.391)	(50.100)	(8.099)	(494.590)
(Ganhos) /perdas atuariais (d)	1.570.715	204.151	40.522	1.815.388
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>7.145.620</b>	<b>1.131.378</b>	<b>172.399</b>	<b>8.449.397</b>
<b>Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano</b>	<b>(4.818.057)</b>	<b>(949.467)</b>	<b>(98.938)</b>	<b>(5.866.462)</b>
Juros sobre ativos do plano (c)	(330.368)	(66.705)	(6.807)	(403.880)
Contribuições de participantes		(2.468)		(2.468)
Contribuições do patrocinador		(905)	(425)	(1.330)
Benefícios pagos pelo plano	436.391	50.100	8.099	494.590
Rendimento dos ativos do plano (d)	(282.933)	21.585	3.880	(257.468)
<b>Valor justo dos ativos dos planos</b>	<b>(4.994.967)</b>	<b>(947.860)</b>	<b>(94.191)</b>	<b>(6.037.018)</b>
<b>Saldo inicial do superávit irrecuperável</b>	<b>-</b>	<b>37.644</b>	<b>-</b>	<b>37.644</b>
Juros sobre o superávit irrecuperável (c)	-	2.695	-	2.695
Mudança de superávit irrecuperável durante o exercício (d)	-	(40.339)	-	(40.339)
<b>Efeito do limite para reconhecimento de ativo de benefício definido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo líquido</b>	<b>2.150.653</b>	<b>183.518</b>	<b>78.208</b>	<b>2.412.379</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Componentes do resultado do exercício**

	Consolidado				
				2021	2020
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	1.564	188	1.752	(489)
Custo do serviço passado	-	1.861	-	1.861	-
Custo de juros sobre a obrigação	451.340	72.250	10.982	534.572	460.807
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(310.256)	(60.327)	(5.867)	(376.450)	(403.880)
Despesa sobre o "teto do ativo"	-	-	-	-	2.695
<b>(Receita)/ despesa estimada para o exercício</b>	<b>141.084</b>	<b>15.348</b>	<b>5.303</b>	<b>161.735</b>	<b>59.133</b>

**(d) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)**

	Consolidado				
	BSPS	BD	CV	2021	2020
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	937.420	204.587	22.032	1.164.039	1.772.244
Perda atuarial de alterações de premissas	(1.326.619)	(280.729)	(44.087)	(1.651.435)	43.144
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquido reconhecido	(257.375)	(26.676)	(15.635)	(299.686)	(257.468)
Mudanças no efeito do limite para reconhecimento de ativo no exercício	-	-	-	-	(40.339)
<b>Movimento em ORA durante o exercício</b>	<b>(646.574)</b>	<b>(102.818)</b>	<b>(37.690)</b>	<b>(787.082)</b>	<b>1.517.581</b>
Efeitos de tributos diferidos	219.835	34.958	12.815	267.608	(535.447)
<b>Efeito líquido em outros resultados abrangentes</b>	<b>(426.739)</b>	<b>(67.860)</b>	<b>(24.875)</b>	<b>(519.474)</b>	<b>982.134</b>

**(e) Despesa / (Receita) estimada para 2022 (não auditado)**

	Consolidado			
	2022			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo do serviço corrente	-	-	125	125
Custo de juros sobre a obrigação	553.087	89.418	12.640	655.145
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(412.787)	(81.127)	(8.823)	(502.737)
<b>(Receita) Despesa estimada para o exercício</b>	<b>140.300</b>	<b>8.291</b>	<b>3.942</b>	<b>152.533</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 23 Partes relacionadas

### Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas. No curso normal das operações, a Companhia e suas controladas realizam contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

	Controladora													
	Dividendos a receber		Ativo não circulante		Fornecedores (Nota 14)		Dividendos a pagar		Passivo não circulante		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 27)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Acionistas controladores em conjunto</b>														
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	1.038	666	6.976	139.651	-	-	(13.979)	(11.268)	-	-
CPP Investments	-	-	-	-	-	-	6.976	139.651	-	-	-	-	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>														
Votorantim S.A.	-	-	-	-	117	54	-	-	-	-	(467)	(1.249)	-	-
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.752)	(2.914)	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	-	-	46.331	-	-	-	-	-	36.373	-	-	-	9.958	-
CBA Itapissuma (i)	-	-	12.259	-	-	-	-	-	10.285	-	-	-	1.974	-
<b>Sociedades controladas</b>														
Companhia Energética de São Paulo - CESP	153.929	229.213	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	6.270	16.702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	764	764	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	160.963	246.679	58.590	-	1.155	720	13.952	279.302	46.658	-	(17.198)	(15.431)	11.932	-

	Consolidado											
	Contas a receber de clientes (Nota 6)		Ativos circulante e não circulante		Fornecedores (Nota 14)		Dividendos a pagar		Passivo não circulante			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Acionistas controladores em conjunto</b>												
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	1.038	666	6.976	139.651	-	-	-	-
CPP Investments	-	-	-	-	-	-	6.976	139.651	-	-	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>												
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	392	-	-	-	-	-	-
Votorantim S.A.	-	-	-	-	912	-	-	-	-	-	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	10.558	8.537	-	-	2.770	2.348	-	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	-	-	46.331	-	-	-	-	-	36.373	-	-	-
CBA Itapissuma (i)	-	-	12.259	-	-	-	-	-	10.285	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria (ii)	613	587	11.399	14.982	-	-	-	-	17.524	16.970	-	-
Nexa Recursos Minerais S.A.	-	-	-	3.482	-	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	235.740	352.706	-	-	-	-
	11.171	9.124	69.989	18.464	4.720	3.406	249.692	632.008	64.182	16.970	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Vendas (Nota 25)		Compras e serviços		Resultado financeiro (Nota 27)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Acionistas controladores em conjunto</b>						
Votorantim Geração de Energia S.A.	-	-	(13.979)	(11.268)	-	-
<b>Sociedades coligadas</b>						
L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	(2.914)	-	-
Votoratim S.A.	-	-	(8.324)	(6.309)	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	98.639	68.215	(30.341)	(2.495)	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	-	-	-	-	9.958	-
CBA Itapissuma (i)	-	-	-	-	1.974	-
Citrosuco S.A. Agroindústria (ii)	10.533	4.296	-	-	(183)	1.924
	<u>109.172</u>	<u>72.511</u>	<u>(52.644)</u>	<u>(22.986)</u>	<u>11.749</u>	<u>1.924</u>

(i) Referem-se aos saldos em aberto da operação de venda de participação de controladas por parte da VTRM para a CBA, conforme nota 1.1.1 (f), os quais e estão líquidos do ajuste a valor presente.

(ii) Os saldos em aberto, com exceção dos valores de contas a receber, referem-se à operação da alienação de participação em investidas da Ventos de São Vicente Energias Renováveis (“São Vicente”) mencionada na Nota 1.1. (g) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo de 31 de dezembro de 2020 e estão líquidos do ajuste a valor presente.

### 23.1 Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração da administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 foi no montante de R\$ 2.701 (R\$ 4.205 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$ 1.745 relacionado às remunerações fixa e variável (R\$ 2.914 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 956 referente a encargos sociais (R\$ 1.291 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

### 24 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 3.000.836 (R\$ 2.997.983 em 31 de dezembro de 2020), composto por 1.985.094.892 (1.985.094.883 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias.

#### (b) Reserva de lucros

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Reserva legal (i)	63.365	60.428
Retenção de lucros (ii)	1.798.576	1.477.424
	1.861.941	1.537.852

(i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais e de suas empresas controladas e coligadas, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

#### (c) Distribuição de lucros

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia e as controladas, exceto a controlada CESP, realizam a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, deduzido de reserva legal. Já o estatuto social da controlada CESP prevê distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 10% sobre o capital social, deduzido de reserva legal.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme nota 1.1.2 (g), os acionistas deliberaram pela não distribuição dos dividendos referente aos exercícios findo em 2020 e 2019, com isso os saldos provisionados no passivo na rubrica de dividendos a pagar foram reclassificados para a reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido, no montante de R\$ 279.302.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta a proposta a destinação do dividendo anual de R\$ 13.952, provisionado no passivo.

**(d) Cálculo**

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	58.739	624.809
(-) Reserva legal - 5%	(2.937)	(31.240)
<b>Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)</b>	55.802	593.569
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	13.952	148.393
<b>(=) Saldo de lucros acumulados</b>	41.850	445.176
(-) Retenção de lucros	(41.850)	(445.176)
<b>(=) Saldo</b>	-	-

**(e) Lucro por ação**

	Controladora	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício (a)	58.739	624.809
Quantidade de ações, em lote de mil (b)	1.985.095	1.985.095
Lucro por ação (a / b)	0,0296	0,3148

A Companhia não tem instrumentos patrimoniais ou contratos com efeito diluidor, logo, o lucro por ação diluído nos exercícios de 2021 e 2020 é igual ao lucro básico por ação informado acima.

**(f) Dividendo por ação**

	Controladora	
	2021	2020
Dividendos propostos (a)	13.952	148.393
Quantidade de ações, em lote de mil (b)	1.985.095	1.985.095
Lucro por ação (a / b)	0,0070	0,0748

**(g) Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de R\$ 405.374 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 636.478 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao reflexo proporcional dos ajustes referente ao passivo atuarial reconhecido com base no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e instrumentos financeiros derivativos na controlada CESP.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	(636.478)	(207.128)	(1.379.728)	(309.052)
Provisão de <i>Hedge accounting</i> operacional reflexo	24.914	(35.162)	62.276	(87.777)
Ajuste de benefício pós-emprego no exercício	207.820	(394.188)	519.474	(982.899)
Perda de participação em investida	(1.630)	-	(3.345)	-
	231.104	(429.350)	578.405	(1.070.676)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(405.374)</b>	<b>(636.478)</b>	<b>(801.323)</b>	<b>(1.379.728)</b>

## 25 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia elétrica e serviços prestados

As operações de compra e venda de energia realizadas pelas controladas são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2021	2020
<b>Receita bruta</b>		
<b>ACR</b>		
Leilão de Energia Reserva (LER)	87.629	87.689
Leilão de Energia Nova (LEN)	385.291	367.280
Provisão de ressarcimento (20 (c))	(192.724)	(91.598)
Leilões de Energia - Distribuidores de energia	522.038	498.445
Energia de curto prazo	72.489	55.296
	<u>874.723</u>	<u>917.112</u>
<b>ACL</b>		
Contratos bilaterais	1.677.580	1.601.669
Operações de <i>trading</i>	363.742	112.152
Partes relacionadas (Nota 23)	109.172	68.215
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	22.670	18.066
	<u>2.173.164</u>	<u>1.800.102</u>
<b>Venda de energia</b>	<u>3.047.887</u>	<u>2.717.214</u>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	(114.905)	(116.295)
Venda de crédito de carbono	17.028	-
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	-	7.190
Outras receitas	3.342	2.753
	<u>(94.535)</u>	<u>(106.352)</u>
	<u>2.953.352</u>	<u>2.610.862</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>		
COFINS sobre receitas operacionais	(219.680)	(187.801)
PIS sobre receitas operacionais	(47.124)	(40.198)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(37.618)	(51.389)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(15.706)	(15.098)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(1.773)	(2.579)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(7.180)	(6.656)
Imposto sobre serviços - ISS	(157)	(84)
	<u>(329.238)</u>	<u>(303.805)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>2.624.114</u>	<u>2.307.057</u>

As receitas da Companhia e suas controladas são, substancialmente, em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VTRM Energia Participações S.A.  
(nova denominação: Auren Energia S.A.)  
Notas explicativas

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Custos e despesas

	2021			Controladora 2020		
	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total
Indenização de seguro	-	46.253	46.253	-	-	-
Serviços de terceiros	(21.852)	(8.591)	(30.443)	(16.693)	-	(16.693)
Benefícios a empregados	(3.878)	-	(3.878)	(3.039)	-	(3.039)
Impostos, taxas e contribuições	(152)	(4.278)	(4.430)	(18)	-	(18)
Administradores	(2.701)	-	(2.701)	(4.205)	-	(4.205)
Depreciação e amortização	(3.604)	-	(3.604)	(377)	-	(377)
Venda de crédito de carbono	-	-	-	-	3.482	3.482
Outras despesas	(2.747)	(2.486)	(5.233)	(1.515)	(6)	(1.521)
	<u>(34.934)</u>	<u>30.898</u>	<u>(4.036)</u>	<u>(25.847)</u>	<u>3.476</u>	<u>(22.371)</u>

	Consolidado 2021				
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total
Energia comprada	(1.129.626)	-	-	-	(1.129.626)
Repactuação de risco hidrológico	781.974	-	-	-	781.974
Depreciação e amortização	-	(552.596)	(10.132)	3.733	(558.995)
Reversão da provisão para litígios	-	-	-	425.693	425.693
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	-	-	-	(248.520)	(248.520)
Encargos da rede de uso elétrica	(199.109)	-	-	-	(199.109)
Serviços de terceiros	-	(22.881)	(65.998)	(8.591)	(97.470)
Benefícios a empregados	-	(23.835)	(61.003)	-	(84.838)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(60.256)	(60.256)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(51.407)	-	-	(51.407)
Indenização de seguro	-	-	-	46.253	46.253
Amortização de ágio	-	-	-	(34.959)	(34.959)
Materiais, manutenção e conservação	-	(11.724)	(3.253)	-	(14.977)
Contratos futuros de energia	-	-	-	13.235	13.235
Administradores	-	-	(11.493)	-	(11.493)
Aluguéis e arrendamentos	-	(9.231)	(958)	-	(10.189)
Seguros	-	(4.972)	(4.390)	-	(9.362)
Impostos, taxas e contribuições	-	(1.199)	(3.578)	(4.278)	(9.055)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	-	-	-	(7.607)	(7.607)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(4.831)	(7.792)	9.118	(3.505)
	<u>(546.761)</u>	<u>(682.676)</u>	<u>(168.597)</u>	<u>133.821</u>	<u>(1.264.213)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
					2020
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total
Energia comprada	(609.489)	-	-	-	(609.489)
Depreciação e amortização	-	(522.896)	(8.844)	(77)	(531.817)
Reversão da provisão para litígios	-	-	-	266.644	266.644
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	-	-	-	7.589	7.589
Encargos da rede de uso elétrica	(169.861)	-	-	-	(169.861)
Serviços de terceiros	-	(12.617)	(47.331)	-	(59.948)
Benefícios a empregados	-	(24.123)	(48.028)	-	(72.151)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(63.284)	(63.284)
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	(44.021)	-	-	(44.021)
Amortização de ágio	-	-	-	(34.848)	(34.848)
Materiais, manutenção e conservação	-	(4.633)	(1.437)	-	(6.070)
PDV - Programa de demissão voluntária	-	(3.578)	(11.420)	-	(14.998)
Contratos futuros de energia	-	-	-	(21.444)	(21.444)
Administradores	-	-	(12.970)	-	(12.970)
Aluguéis e arrendamentos	-	(7.867)	(1.643)	-	(9.510)
Seguros	-	(1.075)	(8.530)	-	(9.605)
Impostos, taxas e contribuições	-	2.737	(3.822)	-	(1.085)
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	-	-	-	(4.206)	(4.206)
Venda de crédito de carbono	-	-	-	3.482	3.482
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(10.353)	(7.029)	12.022	(5.360)
	(779.350)	(628.426)	(151.054)	165.878	(1.392.952)

## 27 Resultado financeiro líquido

### Política contábil

#### Receitas (despesas) financeiras

Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.326	3.817	60.438	32.272
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	22.387	-	22.758	3.132
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	-	-	9.221	7.623
Atualização monetária sobre ativos	-	-	2.639	1.223
Outras receitas financeiras	136	46	23	54
	<u>30.849</u>	<u>3.863</u>	<u>95.079</u>	<u>44.304</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.464)	-	(254.894)	(227.464)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(200.852)	(60.054)
Atualização monetária sobre provisões para litígios	-	-	(167.516)	(315.757)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	-	-	(158.122)	(59.622)
Capitalização de juros sobre empréstimos - CPC 20	-	-	28.413	-
Prêmio de cláusulas contratuais - debêntures	-	-	(22.500)	-
Apropriação de custos de captações	-	-	(13.739)	(26.333)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(14.929)	(23.652)
Ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas	(10.455)	-	(11.009)	(1.208)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	-	-	(10.354)	(13.819)
Atualização monetária sobre acordos judiciais	-	-	(8.877)	(9.066)
Ajuste a valor presente sobre UBP	-	-	(5.631)	(6.791)
Atualização monetária sobre fornecedores	(3.457)	(617)	(3.457)	(617)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(393)	(5.347)	(1.606)	(6.516)
Outras despesas financeiras, líquidas	(556)	(51)	(17.053)	(15.811)
	<u>(16.325)</u>	<u>(6.015)</u>	<u>(862.126)</u>	<u>(766.710)</u>
	<u>14.524</u>	<u>(2.152)</u>	<u>(767.047)</u>	<u>(722.406)</u>

## 28 Instrumento financeiro e gestão de risco

### 28.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco regulatório, (e) risco socioambiental e (f) risco de não performance dos parques eólicos.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, exceto a CESP, seguem a Política Financeira da Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. ("VSA"), com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento. A controlada CESP segue norma pautada nas diretrizes da política VSA e adaptada para seu contexto.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

#### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA e da CESP. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 5.3. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim e, para a CESP, conforme norma pautada nas diretrizes da política da VSA e adaptada para seu contexto, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Acima de 10 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>						
Empréstimos e financiamentos (i)	-	-	388.918	-	-	388.918
Fornecedores	8.146	43.245	30.971	-	-	82.362
Arrendamentos (i)	31	-	-	-	-	31
	<b>8.177</b>	<b>43.245</b>	<b>419.889</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>471.311</b>

	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Acima de 10 anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>						
Fornecedores	37.544	41.538	-	-	-	79.082
Arrendamentos (i)	92	33	-	-	-	125
	<b>37.636</b>	<b>41.571</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.207</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VTRM Energia Participações S.A.  
(nova denominação: Auren Energia S.A.)  
Notas explicativas

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Acima de 10 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>						
Empréstimos e financiamentos (i)	405.743	447.521	1.809.329	3.439.091	839.050	6.940.734
Fornecedores	225.578	43.245	30.971	-	-	299.794
Contratos futuros de energia (i)	318.420	304.326	118.357	-	-	741.103
Arrendamentos (i)	1.825	3.312	828	-	-	5.965
Encargos setoriais	20.170	-	-	-	-	20.170
UBP - Uso do Bem Público (i)	42.462	84.939	13.147	-	-	140.548
	<u>1.014.198</u>	<u>883.343</u>	<u>1.972.632</u>	<u>3.439.091</u>	<u>839.050</u>	<u>8.148.314</u>

	Consolidado					Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Acima de 10 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>						
Empréstimos e financiamentos (i)	296.083	378.932	1.227.068	2.864.344	545.237	5.311.664
Fornecedores	147.934	41.538	-	-	-	189.472
Contratos futuros de energia (i)	132.764	32.403	-	-	-	165.167
Arrendamentos (i)	1.928	3.696	2.227	-	-	7.851
Encargos setoriais	76.507	1.240	-	-	-	77.747
UBP - Uso do Bem Público (i)	41.307	78.280	48.360	-	-	167.947
	<u>696.523</u>	<u>536.089</u>	<u>1.277.655</u>	<u>2.864.344</u>	<u>545.237</u>	<u>5.919.848</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

**(c) Risco hidrológico e GSF**

A geração de energia elétrica da controlada CESP depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. Sendo que a principal usina hidrelétrica, UHE Porto Primavera, que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da CESP e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(d) Risco regulatório**

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades das controladas da Companhia.

**(e) Risco socioambiental**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações. risco de não performance dos parques eólicos

**(f) Risco de não performance dos parques eólicos**

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

## 28.2 Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial, fluxo de caixa e resultado

### Política contábil

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos não atendem aos critérios de contabilização de *hedge*, são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 2019, a controlada CESP contratou programa de *Non Deliverable Forward* (“NDF”) em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial até dezembro de 2021.

Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

Os derivativos contratados pela controlada CESP são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de “Outros resultados abrangentes” e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado. Ganhos ou perdas relacionadas à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado do exercício.

	Valor principal		Unidade	Impacto no resultado operacional	Valor justo outros resultados abrangentes	Perda realizada	Valor justo		Consolidado	
	2021	2020					2021	2020	2022	Valor justo por vencimento
									Total	
<i>Hedge</i> de operações de venda de energia										
<i>Non Deliverable Forward</i>	11.000	122.000	USD Milhares	(114.905)	94.358	(112.073)	(12.699)	(104.225)	(12.699)	(12.699)
	11.000	122.000		(114.905)	94.358	(112.073)	(12.699)	(104.225)	(12.699)	(12.699)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 28.3 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

**Ativos financeiros** - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

**Passivos financeiros** - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

**Contratos futuros de energia** - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) margem de risco no fornecimento. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

**Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

**Nível 2** - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

**Nível 3** - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados nos níveis 1 e 2, conforme tabela abaixo:

	Nota	Valor justo medido com base em				Controladora	
		Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>							
Equivalentes de caixa	5	383.095	101.656	-	-	383.095	101.656
		383.095	101.656	-	-	383.095	101.656
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	312.965	-	299.674	-
		-	-	312.965	-	299.674	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Valor justo medido com base em				Consolidado	
		Nível 1		Nível 2		Valor contábil	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>							
Equivalentes de caixa	5	1.571.298	1.084.244	-	-	1.571.298	1.084.244
Aplicações financeiras	5.1	77.751	-	-	-	77.751	-
Fundo de liquidez - conta reserva	5.2	106.201	83.035	-	-	106.201	83.035
Contratos futuros de energia	16	-	-	612.107	128.436	612.107	128.436
		<u>1.755.250</u>	<u>1.167.279</u>	<u>612.107</u>	<u>128.436</u>	<u>2.367.357</u>	<u>1.295.715</u>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	4.237.967	3.847.109	4.710.874	3.749.688
Instrumentos financeiros derivativos	28.2	-	-	12.699	104.225	12.699	104.225
Contratos futuros de energia	16	-	-	620.316	149.880	620.316	149.880
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.870.982</u>	<u>4.101.214</u>	<u>5.343.889</u>	<u>4.003.793</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 28.4 Demonstrativos da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, são (i) a exposição à flutuação do dólar e (ii) taxas de juros CDI, TJLP, IPCA e cupom de dólar e (iii) a exposição de preço dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2021, estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

				Controladora					
				Impactos no resultado					
				Cenário I		Cenários II & III			
				Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros	Natureza da operação	Saldo	Unidade						
BRL-CDI 9,15%	Equivalentes de caixa	383.095	BRL milhares	191 bps*	7.310	(8.763)	(17.527)	8.763	17.527
BRL-CDI 9,15%	Empréstimos e financiamentos (i)	301.464	BRL milhares	191 bps*	(5.752)	6.896	13.792	(6.896)	(13.792)

				Consolidado					
				Cenário I		Cenários II & III			
				Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade						
CDI 9,15%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva	1.755.250	BRL milhares	191 bps*	33.491	(40.151)	(80.303)	40.151	80.303
CDI 9,15%	Empréstimos e financiamentos (i)	602.579	BRL milhares	191 bps*	(11.498)	13.784	27.568	(13.784)	(27.568)
CDI 9,15%	Principal de instrumentos financeiros derivativos (i)	61.386	BRL milhares	191 bps*	-	(1)	(2)	1	2
TJLP 5,32%	Empréstimos e financiamentos (i)	1.628.905	BRL milhares	44 bps*	(7.167)	21.664	43.329	(21.664)	(43.329)
IPCA 10,06%	Empréstimos e financiamentos (i)	2.624.609	BRL milhares	-456 bps*	119.682	66.009	132.018	(66.009)	(132.018)
USD	Principal de instrumentos financeiros derivativos (i)	11.000	USD milhares	-1,44%	880	15.341	30.682	(15.341)	(30.682)
Contratos futuros de energia	Contratos futuros de energia	8.209	BRL milhares		(8.209)	(22.178)	(36.148)	5.761	19.731

\* bps - basis points

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de derivativos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras. Empréstimos e financiamentos não contemplam os custos de captação.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 28.5 Instrumentos financeiros por categoria

### Política contábil

As compras e vendas normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial" no exercício em que ocorrem.

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

#### (i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

#### (ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**VTRM Energia Participações S.A.**  
**(nova denominação: Auren Energia S.A.)**  
**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>					
Ao custo amortizado					
Equivalentes de caixa (i)	5	383.149	101.711	1.571.298	1.084.244
Aplicações financeiras	5.1	-	-	77.751	-
Fundo de liquidez - conta reserva	5.2	-	-	106.201	83.035
Contas a receber de clientes (i)	6	-	-	328.631	384.390
Ativo sujeito à indenização	9	-	-	1.739.161	1.739.161
		<u>383.149</u>	<u>101.711</u>	<u>3.823.042</u>	<u>3.290.830</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia		-	-	612.107	128.436
		-	-	<u>612.107</u>	<u>128.436</u>
		<u>383.149</u>	<u>101.711</u>	<u>4.435.149</u>	<u>3.419.266</u>
<b>Passivos</b>					
Ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	4.710.874	3.749.688
Fornecedores	14	82.362	79.082	299.794	189.472
Arrendamentos		31	118	5.498	6.607
		<u>82.393</u>	<u>79.200</u>	<u>5.016.166</u>	<u>3.945.767</u>
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia		-	-	620.316	149.880
		-	-	<u>620.316</u>	<u>149.880</u>
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Instrumentos financeiros derivativos	28.2	-	-	12.699	104.225
		-	-	<u>12.699</u>	<u>104.225</u>
		<u>82.393</u>	<u>79.200</u>	<u>5.649.181</u>	<u>4.199.872</u>

- (i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

## 29 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG), Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Limite máximo de indenização (LMI) - BRL Mil	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	961.000	até Maio/2023
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	65.000	até Dez/2022
D&O	Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, entre outras	130.000	até Abril/2022

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 11.404.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 30 Compromissos de longo prazo

As controladas da Companhia possuem compromissos futuros firmados com os arrendadores dos terrenos onde foram construídos os aerogeradores de seu complexo eólico, a principal premissa é um percentual sobre a receita líquida dos parques a ser paga, rateada proporcionalmente a área do terreno pertencente a cada arrendador, tal compromisso de arrendamento está vinculado a estes empreendimentos até o final das autorizações emitidas pela ANEEL, estas autorizações se estendem entre os anos de 2049, 2050 e 2051, conforme demonstrado na Nota 1 – Contexto operacional.

Ainda a Companhia e suas controladas que comporão o futuro complexo eólico Piauí II e III, têm como plano de médio prazo o investimento de aproximadamente R\$ 2 bilhões na construção dos novos parques eólicos, para os quais existem compromissos já assumidos junto a fornecedores relacionados às obras civis nos parques, aquisição de aerogeradores, linhas de transmissões e rede de média tensão e subestações, que atenderão a demanda que será gerada pelos parques. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo deles com término em novembro de 2022.

A controlada CESP possui compromissos futuros de longo prazo atrelados à concessão, com prazo até abril de 2056, no montante estimado em R\$ 10,4 bilhões, principalmente relacionado: (i) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE); (ii) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH); (iii) encargos de uso de rede elétrica; (iv) encargos de conexão; e (v) contratos de compra de energia.

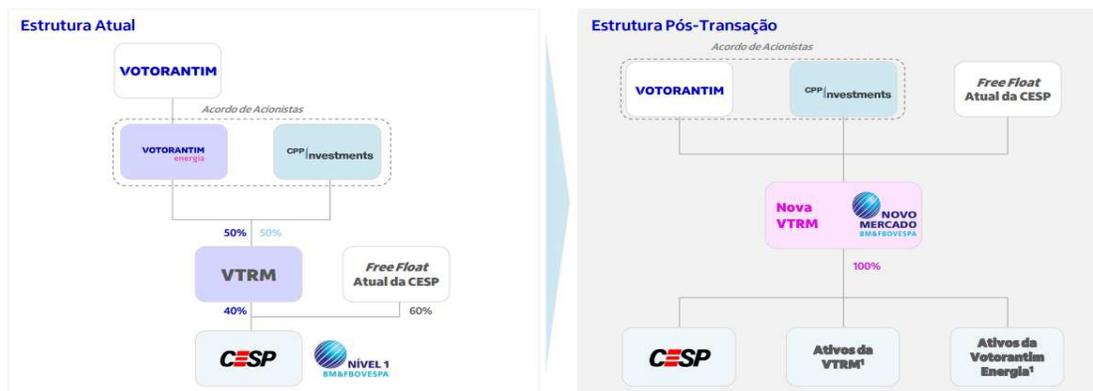
### 31 Eventos subsequentes

#### 31.1 Reorganização societária decorrente das Operações VTRM e CESP:

Conforme mencionado no item 1.1.1 (g), a Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3.

Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: CBA, Votorantim Cimentos e Nexa Resources assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia.

A seguir, um quadro ilustrativo de como aconteceu esta transação de reestruturação societária:



A consolidação pretende acontecer por meio de duas etapas principais as quais detalhamos nos tópicos seguintes.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Operação VTRM:**

**a) Incorporação reversa VGE**

Em 03 de fevereiro de 2022 a VTRM incorporou de forma reversa a VGE e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação:

- (i) Participação de 50% do capital social da Pinheiro Machado, cujo ativo de geração inclui UHE Machadinho, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (ii) Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia, cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (iii) Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix, cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão;
- (iv) Participação de 100% do capital social da Votener, correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão.

Em consequência desta incorporação reversa, as 992.547.439 ações de emissão da VTRM e de titularidade da VGE foram canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM e atribuídas à VSA, na qualidade de única acionista da VGE. Além disso, em razão dos ativos incorporados pela VTRM, foram emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA (“Novas Ações VTRM”).

O valor econômico atribuído (*equity value*) aos Ativos da VGE (excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM) foi de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, o que correspondeu à um aumento no capital social da VTRM de R\$ 1,2 bilhões, correspondente ao valor contábil dos ativos incorporados na data base da avaliação e, R\$ 1,5 bilhões que foi registrado como reserva de capital e cujos valores tiveram como base laudo de avaliação do valor justo dos ativos incorporados emitido por assessor independente.

Abaixo segue resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos detidos pela VGE:

<b>Incorporação reversa</b>	<b>Valor</b>
Ativos remanescentes de VGE	1.262.087
Passivos remanescentes de VGE	(67.081)
Valor justo econômico de VGE	1.503.475
	<b>2.698.481</b>

**b) Aporte de capital pelo CPP Investments**

Ainda em 03 de fevereiro de 2022, houve aumento de capital social da VTRM no montante R\$ 1,5 bilhão, com a emissão de 365.803.013 novas ações, totalmente subscritas pelo CPP Investments, com integralização em moeda corrente nacional.

Após a implementação da Transação VTRM, VSA e CPP Investments passaram a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Operação CESP:

#### **a) Registro da VTRM como companhia aberta e Listagem no Novo Mercado**

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM” e “Abertura de Capital”) e teve deferido o pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com a admissão de suas ações à negociação no segmento especial do Novo Mercado (“Listagem no Novo Mercado”). A Listagem no Novo Mercado da Companhia está condicionada à eleição dos conselheiros independentes e dos membros do Comitê de Auditoria da VTRM e à operacionalização da Incorporação de Ações da CESP.

#### **b) Proposta de incorporação de Ações da CESP pela VTRM**

Como ato subsequente à abertura de capital da VTRM, e de modo a permitir que os acionistas minoritários da CESP participem da “Nova VTRM”, foi apresentada uma proposta para a incorporação de ações, com a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM, e consequente atribuição, aos demais acionistas da CESP, dessas novas ações.

Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da controlada CESP aprovou a criação de um Comitê Especial independente da controlada CESP (“Comitê”) que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, teve por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela VSA e pelo CPP Investments para a incorporação da totalidade das ações de emissão da controlada CESP pela VTRM.

O Comitê foi composto por: (a) um administrador escolhido pela maioria do conselho de administração da controlada CESP; (b) um conselheiro eleito pelos acionistas não-controladores da CESP; e (c) um terceiro, administrador ou não, escolhido em conjunto pelos outros dois membros

O Comitê concluiu junto à Administração da VTRM as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da VTRM no âmbito da incorporação de ações da CESP (“Relação de Substituição”), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição.

A relação de substituição foi livremente negociada entre a Administração da VTRM e o Comitê e incluíram as seguintes premissas:

- (i) o valor econômico (*equity value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na VTRM — excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM — foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões;
- (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos pelo CPP Investments na VTRM foi de R\$ 1,5 bilhão;
- (iii) o valor econômico (*equity value*) atribuído à VTRM — sem considerar a participação detida pela VTRM na CESP e os efeitos da operação — foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões;
- (iv) o valor econômico (*equity value*) atribuído à controlada CESP foi de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R\$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria);
- (v) para determinação dos valores econômicos (*equity value*) indicados acima, foi considerada a data base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- (vi) o valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R\$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R\$ 78,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela VTRM, dos investidores não residentes por força da operação.

Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP, na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores, recebem, para cada 1 ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- (i) 6,567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e
- (ii) 0,095425888495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis.

Como a reorganização societária contempla a entrega, aos acionistas da controlada CESP, de ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da VTRM, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de aproximadamente R\$ 78,5 milhões, a VTRM passará a ter a seguinte estrutura societária final (sujeito à confirmação em razão do exercício do direito de retirada assegurado aos acionistas não controladores da CESP que não concordarem com os termos da presente incorporação de ações da CESP):

Acionistas	Quantidade de ações	Participação
VSA	1.605.422.350	37,74%
CPP Investments	1.358.350.459	31,93%
Outros acionistas	1.289.736.569	30,32%
<b>Total</b>	<b>4.253.509.378</b>	<b>100,00%</b>

Em 15 de fevereiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da controlada CESP (“AGE”), tendo sido aprovada, a realização da incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP por sua controladora VTRM, excluídas as ações que sejam de titularidade da VTRM, que estejam na tesouraria da CESP ou que sejam objeto do exercício do direito de retirada dos acionistas da CESP (“Incorporação de Ações”), no contexto da reorganização societária.

A Incorporação de Ações é realizada nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da CESP - Companhia Energética de São Paulo pela VTRM Energia Participações S.A.” (“Protocolo e Justificação”), celebrado entre CESP e a VTRM.

Com a implementação da Incorporação de Ações, a CESP passa a ser subsidiária integral da VTRM, com todas as ações de sua emissão detidas pela VTRM, e os acionistas da Companhia recebem, em substituição às ações incorporadas de emissão da Companhia de sua titularidade, conforme descrito anteriormente, sendo que as ações preferenciais resgatáveis serão compulsória e imediatamente resgatadas na Data do Fechamento (25 de março de 2022), com pagamento em dinheiro aos acionistas em data a ser comunicada em aviso próprio (“Resgate”).

### c) **Grupamento de ações**

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022, foi ratificado o desdobramento de ações da VTRM, uma das condições suspensivas previstas nos termos do Protocolo e Justificação, proposto na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2022, de modo que cada 4,253509378 ações da VTRM fossem agrupadas em 1 ação, sem alteração da cifra do capital social da VTRM. Com isso, o capital social da VTRM passa a ser composto por 696.782.949 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como consequência, em lugar da quantidade mencionada no item anterior, os acionistas não controladores da CESP recebem para cada 1 ação de emissão da controlada CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe:

- (i) 1,544114302635 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM;
- (ii) 0,022434625149 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis.

**d) Resgate de Ações Preferenciais da CESP e direito de retirada pelos acionistas não controladores**

A VTRM realizará, contra a conta de reserva de capital, o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis da CESP, com pagamento em dinheiro, em momento imediatamente subsequente à sua emissão.

Considerando a relação de substituição proposta e aprovada em assembleia geral extraordinária da controlada CESP a respeito da incorporação de ações da CESP pela VTRM, foi assegurado aos acionistas da CESP que não tenham aprovado a Incorporação de Ações, seja por rejeição, abstenção ou não comparecimento à AGE, o direito de se retirarem da Companhia, nos termos dos artigos 137, 252, § 2.º e 264, § 3º, da Lei das S.A.

Os acionistas puderam exercer o direito de retirada em relação à totalidade ou parte das ações de emissão da CESP, das quais, comprovadamente, eram titulares, sob pena de decadência, no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da AGE, ou seja, até o dia 18 de março de 2022. Encerrado esse prazo de 30 dias, a Companhia apurou que nenhum acionista exerceu o direito de retirada e, conseqüentemente, nenhum valor será pago pela Companhia a título de reembolso.

Com isso, remanescem pendentes para a consumação da Incorporação de Ações o implemento de determinadas condições suspensivas, incluindo, dentre outras condições usuais para este tipo de operação: (i) admissão de suas ações à negociação no Novo Mercado, condicionado à implementação do resgate das novas ações preferenciais de emissão da VTRM.

**31.2 Alienação de participação de investidas da VTRM à Votorantim Cimentos S.A. (“Cimentos”)**

Em 04 de março de 2022, após o cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de venda de ações firmado em 28 de dezembro de 2020, a VTRM concretizou via Acordo de Acionistas (“AA”) junto à empresa Cimentos, a alienação da participação da investida Ventos de Santo Ângelo, no percentual de 49%, pelo valor total de R\$ 44.360.

O saldo a receber em razão da alienação das ações, será recebido em 4 parcelas anuais a partir de janeiro de 2023, e o saldo a pagar pela opção de compra futura, será liquidado em parcela única.

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os membros da diretoria executiva da VTRM Energia Participações S.A., declaram que:

- (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
  
- (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:  
*Fabio Zanfelice*  
Assinado por: FABIO ROGERIO ZANFELICE:17567175835  
CPF: 17567175835  
Data/Hora da Assinatura: 24-03-2022 | 14:14 BRT

Fabio Rogerio Zanfelice

DocuSigned by:  
*Cesar Augusto Conservani*  
Assinado por: CESAR AUGUSTO CONSERVANI:88977536804  
CPF: 88977536804  
Data/Hora da Assinatura: 24-03-2022 | 10:15 BRT

Cesar Augusto Conservani

DocuSigned by:  
*Frederico Ferreira Sarmiento*  
33E09739006E4C6...

Frederico Ferreira Sarmiento